



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**CARTOGRAFIAS DO AMOR:
SENSIBILIDADES E PRÁTICAS AMOROSAS EM
CAJAZEIRAS-PB 1920-1930**

KATIANA ALENCAR BERNARDO

**CAJAZEIRAS - PB
2016**

KATIANA ALENCAR BERNARDO

**CARTOGRAFIAS DO AMOR:
SENSIBILIDADES E PRÁTICAS AMOROSAS EM
CAJAZEIRAS-PB 1920-1930**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientadora

Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana

CAJAZEIRAS - PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

B523c Bernardo, Katiana Alencar.
Cartografias do amor: sensibilidades e práticas amorosas em
Cajazeiras-PB 1920-1930 / Katiana Alencar Bernardo.- Cajazeiras, 2016.
78p.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2016.

1. Relacionamentos. 2. Relações amorosas - Cajazeiras - 1920-1930. I.
Santana, Rosemere Olímpio. II. Universidade Federal de Campina
Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 392.51

KATIANA ALENCAR BERNARDO

**CARTOGRAFIAS DO AMOR:
SENSIBILIDADES E PRÁTICAS AMOROSAS EM
CAJAZEIRAS-PB 1920-1930**

APROVADA EM: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Profa. Dra. Ana Rita Uhle
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Profa. Dra. Mariana Moreira Neto
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos (suplente)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

CAJAZEIRAS - PB

2016

Dedico aos meus pais, Antonio e Maria.
Pela certeza do infinito amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo!

Aos meus pais, seu Antonio e dona Maria, que desde o início dessa caminhada estão comigo, sempre incentivando e torcendo por mim. Sem o amor e o carinho de vocês, tudo seria mais difícil. Eu os amo muito!

Aos meus irmãos, Kaliane, Maria Clara e Eduardo, pelo carinho, amor e compreensão. Vocês são as minhas preciosidades. Amo cada um de vocês!

Ao meu amor, José Rodrigues (Rodrigo), por me amar, me estimular e apoiar em todo momento. Você, mais que qualquer um, entende o significado desse trabalho. Eu te agradeço por tudo que você é e principalmente por tudo que representa para minha vida, sem você tudo teria sido mais difícil. Eu te amo!

À dona Carolina, pelas orações e carinho para comigo. Obrigada!

Como não falar daquelas pessoas que fizeram das minhas manhãs as mais alegres e felizes? Dividir conhecimento e aprender com vocês foi sempre prazeroso, não existe um dia sequer que não sinta saudade da família 2012.1, pois com vocês encontrei a amizade, o companheirismo, sem os quais nenhum trabalho se sustenta. Amanda, Benicio, Danilo, Guerhansberger, Ivanilda, Laís, Lidiane, Ranielton, Risoneide, Rivânia, Walther e Yan, obrigada! A dura jornada ficou mais leve ao tê-los do meu lado. Amo vocês!

Mas não tem como falar dessa turma sem agradecer em especial a algumas pessoinhas que estão sempre comigo.

Início por você, Laís. Não imaginava que iria encontrar uma pessoa tão parecida comigo durante o curso, você foi o meu primeiro contato, a amiga de aperreios, aflições e também de muitas alegrias, você estará para sempre comigo. Te amo!

Ivanilda, a mulher de personalidade forte e de uma força de vontade imensa, aprendi muito com você, torço muito pelas suas vitórias. Te amo, minha amiga.

Ranielton, não tem como falar de você sem lembrar dessa sua cara enjoada (risos). Obrigada por tudo, por me ajudar, apoiar e torcer sempre por mim, você se tornou um grande amigo.

Yan, o carinha de anjo, mas de mente diabólica. Obrigada pelos apoios, incentivos e amizade. P.S.: quero te ver doutor.

Ah, e como não falar de Risoneide? Ou seria melhor chamá-la de Riso? Conviver com você na residência me ensinou muita coisa. Seu coração imenso e a sua generosidade são encantadores, vou sentir muita falta das nossas conversas diárias, dos nossos estresses, da troca de carinho, enfim, de bater no seu quarto para te contar as minhas lamúrias e felicidades, falar das defloradas, dos namoros, da pesquisa, dos medos, das inquietudes, angústias, loucuras e surtos. Você assistiu de perto cada passo. Obrigada, minha amiga querida! Eu te amo!

Agradeço também às meninas do quarto 06: Allany, Cissa e Larissa. Sabemos o quanto é difícil sair do aconchego dos nossos lares e ir dividir o quarto com pessoas diferentes, por isso me considero uma pessoa de muita sorte. Quero que saibam que eu não poderia ter ido morar em quarto melhor. Obrigada pela calma, paciência e amizade, levarei cada uma de vocês em meu coração.

Agradeço também à professora e orientadora Rosemere Olímpio de Santana, que desde 2014 me acompanha com sua generosidade e paciência, me ajudando a caminhar pelos aflitivos caminhos das análises e das sensibilidades. Obrigada pela orientação atenta, pelas ricas sugestões, sobretudo por estar sempre disposta, pelo carinho e amizade.

Aos professores do curso por contribuírem e colaborarem para o meu conhecimento: Rosemere, Ana Rita, Viviane, Francisco Neto, Rodrigo, Rosilene, Isamarc, Rubismar, Osmar, Francinaldo, Silvana, Mariana e Lucinete. Muito obrigada!

Morar na residência me possibilitou entrar em contato com uma indizibilidade de sensações. Aprendi muito com cada uma de vocês e agradeço pelas amizades, Larissa, Cissa, Allany, Maiza, Rosa, Risoneide, Janielle e Joedna. Obrigada, meninas!

Agradeço de modo geral às amigas que fiz na RUF e RUM que não pude citar, mas que sabem que fizeram parte da minha caminhada. Eu vos agradeço de coração.

Aos funcionários do fórum Dr. Ferreira Junior, que em meio aos seus afazeres diários tiraram um pouquinho do seu tempo para ajudar na minha pesquisa.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa PIBIC durante dois anos no projeto "Por uma cartografia das práticas amorosas – os crimes amor enquanto espaço de outras sensibilidades, Cajazeiras-PB, 1890-1940", que deu origem a esse trabalho.

A todas aquelas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente e compartilharam comigo a escrita desse trabalho. A todos vocês, meu muito obrigada!

O amor não deixa restos, fósseis, marcas. Ele apaga suas pegadas, não deixando ao interessado mais do que ilusões ou evocações muitas vezes fugazes. Mas se o trabalho de reconstituição desse passado parece árduo, e se ele é, de todas as tarefas do historiador a mais difícil de realizar, mais uma razão para enfrentá-lo

Mary Del Priore

RESUMO

O presente trabalho empreende um estudo das práticas amorosas em Cajazeiras-PB e analisa, a partir da história do sensível como homens e mulheres efetivaram seus relacionamentos durante as décadas de 1920 e 1930. Tratam-se de escolhas, razões e sentimentos que direcionavam sentidos e ações que nos encaminham a entender como os sujeitos traduziam o mundo em razões e sentimentos. Deste modo, analisar as formas de vivências, tramas, subversões, desejos e angústias presentes nas narrativas de vida desses sujeitos são o intento desta discussão. Este trabalho tem como fonte de análise três processos-crime que estão presentes no arquivo do fórum Dr. Ferreira Junior, na cidade de Cajazeiras-PB. Podemos visualizar nestas histórias os interesses, os anseios, as práticas e os agenciamentos que faziam parte dos modos como se constituíam as relações amorosas. Assim, discutir o enredo de vida desses sujeitos e apontar expectativas que constituíam esses afetos será o nosso objetivo.

Palavras-chave: Relações amorosas. Sensibilidades. Processos-crime.

ABSTRACT

This paper undertakes a study of love practices in Cajazeiras-PB and analyzes from the history of the sensitive - during the 1920s and 1930s - how men and women conducted their relationships. Those are choices, reasons and feelings that linked meanings and actions that leads us to understand how the subjects translate the world into reasons and feelings. Thus, analyzing the forms of experiences, the plots, subversions, desires and anxieties present in the life narratives of these subjects are the intent of this discussion. This work has as a source of analysis three criminal cases that are present in the archive of Forum Dr. Ferreira Junior, in the city of Cajazeiras-PB. We can see in these stories the interests, desires, practices and agencies that were part of the ways was formed romantic relationships. So, discuss the plot of life of these subjects and point expectations that constitute these affections will be our goal.

Keywords: Love relations. Sensitivities. Crimes process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - O CENÁRIO ONDE O AMOR 'FLORESCE': SENTIDOS E SOCIABILIDADES EM CAJAZEIRAS - PB	19
1.1 Expectativas reais e desleais: Francisca, Raimunda e Luiza	19
1.2 Cajazeiras disciplinadora: modernização, transgressão e moralização.....	22
1.3 A flor cajazeirense: imprensa e novos padrões.....	30
CAPÍTULO II - CAMINHOS E DESCAMINHOS DO AMOR: SENSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES AMOROSAS	38
2.1 Amor e Sensibilidade.....	38
2.2 O amor e as dinâmicas sociais	44
CAPÍTULO III - AS RAZÕES DO AMOR: ESCOLHAS E SENSIBILIDADES AMOROSAS	58
3.1 Maria e Antonio Preto: o casamento que não vingou	58
3.2 Cotidiano e vivência: uma possibilidade de vida a dois	63
3.3 O sentir em meio as relações de gênero.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
FONTES	75
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

Ao iniciar a escrita desse trabalho, rememoro como o estudo das práticas amorosas passou a ganhar o meu interesse. Desde que entrei na graduação, me vi envolvida em um cenário gritante de novidades, a pesquisa foi uma grande surpresa, ter que escolher um tema que me inquietasse e ao mesmo tempo despertasse paixão foi desafiador. De início, quis desenvolver um estudo sobre as mulheres, esse era o intento, mas o que nas mulheres me causava tanto interesse? Os namoros e relacionamentos, as distinções de gênero foram as primeiras possibilidades, não apenas por ser mulher, mas por achar essas discussões importantíssimas num cenário onde se observa cotidianamente as desigualdades de gênero.

Mas de que mulheres eu queria tratar, em que tempo e lugar? Foram muitas as dúvidas. Desenvolver um estudo dos relacionamentos me abriu inúmeras janelas, mas nada de concreto. Por muito tempo fiquei apenas no campo das ideias. Contudo, foi em uma das aulas da disciplina de Projeto de Pesquisa II que entrei em contato com o texto da professora Socorro Cipriano, uma escrita envolvente e por si só chamativa. Pensar o adultério feminino na Paraíba no início do século XX foi algo inquietador¹.

Destinada a problematizar essas relações, recorri aos processos-crime na cidade de Barro-CE. Queria encontrar casos de mulheres adúlteras, que desenvolveram relações distintas das quais eram moralizadas. Foi assim que me deparei com um arquivo cheio de documentos amontoados e passei a olhar caixa por caixa, foram várias semanas em busca desses processos-crime que me pudessem falar algo sobre o que era ser mulher e adúltera nessa cidade. Todavia, nessa árdua tarefa para muitos historiadores que é o trabalho de campo, não encontrei uma linha sequer que tratasse de adultério. Foi, no entanto, na busca pelas mulheres adúlteras que me deparei com as seduzidas e defloradas. Muito intrigada com esses crimes que tratavam de mulheres que se diziam enganadas e abandonadas pelos seus namorados, decidi que essas histórias seriam o enredo da minha pesquisa.

Para tanto, faltava-me amadurecimento suficiente para pensar essas histórias e problematizá-las. Essa pesquisa, que em princípio quis desenvolver, veio a se solidificar

¹CIPRIANO, Maria do Socorro. **A adúltera no território da infidelidade**: Paraíba nas décadas de 20 e 30 no século XX. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

quando me desafiei a fazer parte como bolsista em um projeto de iniciação científica, que se destinava a pensar os casos dos “crimes de amor” na cidade de Cajazeiras-PB.

Pensar estes “crimes” sob uma óptica do sensível foi uma alternativa apresentada durante a pesquisa, no manuseio com os processos-crime e nas discussões sobre sensibilidades. A pesquisa me fez repensar as mulheres dos conhecidos “crimes de amor” como sujeitos recheados de ações e sentimentos, com outros olhares. O intuito não era mais perceber esses personagens apenas pelo que a justiça ditava, mas pelos incontáveis sentidos atribuídos a cada vivência. É neste sentido que o nosso trabalho se distingue, pois muitas pesquisas já problematizaram “os crimes de amor” no Brasil, contudo, estes estavam mais voltadas para os discursos disciplinadores dos juristas que para analisar os sentidos e sentimentos empreendidos nessas histórias.

Deste modo, analisar as relações amorosas de “pessoas comuns” que recorreram à justiça para efetivarem os seus desejos e vontades é o objetivo principal de nossa pesquisa. Ao recorrer a histórias de vida de homens e mulheres que viveram em Cajazeiras-PB nas décadas de 1920 e 1930, tentamos construir a trama que teceu as escolhas, as angústias e os interesses desses sujeitos que naquele momento não ocupavam lugares de poder, pelo menos não no sentido da dominação. Geralmente esse tipo de crime envolve um relacionamento amoroso que por algum motivo não terminou como o casal desejava ou, pelo menos, um dos dois. Os casos permitem visualizar escolhas, razões e sentimentos que percorriam os crimes, que delineavam as ideias iniciais e que concretizaram ações.

Os processos-crime analisados encontram-se no Fórum Dr. Ferreira Junior, na cidade de Cajazeiras-PB, dentre os quais escolhemos três casos de defloração. A escolha dos casos levou em consideração as histórias que nos direcionavam a pensar a possibilidade de um envolvimento amoroso entre os casais. Essas histórias e experiências de vida não estão desarticuladas das questões ligadas ao contexto social da Paraíba, bem como do Brasil, de uma forma mais ampla. As singularidades presentes nessas histórias locais também requerem o conhecimento de grupos sociais, de ideias, e valores disseminados, mas nem sempre partilhados da mesma forma. Nesse sentido, trabalhar com essa temática no contexto de Cajazeiras permite avançar em um campo de pesquisa ainda pouco conhecido na região.

Todavia, trabalhar com os processos-crime também requer alguns cuidados, nesse sentido, é importante conhecer esse tipo de documento. Grinberg (2009) nos apresenta bem isso através da discussão metodológica para o uso dos processos-crime, para a autora, antes de partir para a análise do processo, é necessário entender o que é um processo e do que ele é constituído, como também entender as leis existentes em cada momento histórico. Assim, o processo parte de um acontecimento que não pode ser resgatado, pois estamos lidando com diversas versões e essas são repletas de intenções. O historiador tem como papel refletir sobre o processo de produção da fonte, perceber as formas como os personagens apresentam cada versão do fato, compreender a realidade com a qual se está trabalhando, entender ainda que os processos são formas de controle social, e que muitas vezes os personagens envolvidos buscaram estratégias de romper com esse controle, portanto, esses conflitos representam o jogo de interesses.

Nesse sentido, os estudos de Michel de Certeau (1994) nos permitem trabalhar com a polifonia desse documento, atentando para as escolhas e discursos dos sujeitos envolvidos nos casos analisados, principalmente para os que se utilizam das artes de fazer. Muitos trabalhos, ao se debruçarem sobre os “populares” e ao utilizarem determinadas documentações, como a judicial, enfocaram o discurso disciplinante dessas instituições. Mas Certeau (1994), ao analisar a linguagem ordinária, enfatiza a sua capacidade de tornar as narrativas disciplinadoras vulneráveis, pois o significado que será dado à determinada linguagem dependerá do uso que se faz dela. É nesse sentido que analisaremos a documentação elencada.

Não descartaremos o lugar da produção dos documentos, pois foi a partir deste momento que os indivíduos envolvidos nestes casos puderam chegar até nós. Ao entrarem em contato com este poder, o da justiça, os comportamentos e as ações dos envolvidos ficaram registrados. No entanto, relações de poder que envolviam todos os indivíduos nos casos pesquisados não os paralisaram, pelo contrário: são relações que mostram como homens e mulheres buscavam, o tempo todo, maneiras diferentes para construir seu cotidiano e, conseqüentemente, seus relacionamentos amorosos.

As histórias produzidas através de processos-crime delineiam problemáticas específicas, pois cada caso apresenta escolhas, experiências e conflitos diferentes. Por isso, à medida que entramos em contato com os casos e seus dilemas, angústias, sentimentos, traições e amores, conseguimos delinear nossas escolhas teórico-

metodológicas. A principal delas é a de trabalhar com a singularidade de cada caso, explorando expectativas, conflitos e sentimentos.

São muitos os trabalhos que recorrem aos processos-crime como principal fonte de análise, além daqueles relativos a questões ligadas à honra; todos eles, em conjunto, são de suma importância para a pesquisa².

Desta forma, os processos-crime, embora nos indiquem regras morais e tradições amorosas compartilhadas, também nos oferecem a possibilidade de conhecer escolhas e vivências de situação particulares, experiências que são únicas e pertenceram apenas aos sujeitos envolvidos.

Caulfield (2000), nesse sentido, alerta ao questionar uma forte crítica dirigida ao uso dos processos-crime enquanto fonte – essa se pauta no entender que ao analisar esses casos estaríamos apenas notando os desvios-sociais, experiências marginais, e não as normas sociais. Para ela, no entanto, os processos-crime possibilitam uma aproximação com os comportamentos, escolhas e evidências de como os personagens envolvidos na trama apresentam o que eles entendem por certo ou errado, até mesmo quando estes mentem ou inventam, conseguem traçar limites para com a moralidade. Desse modo, as narrativas que estão presentes nesses casos não tratam de desvios-sociais apenas, mas nos aproximam de relacionamentos, conflitos que em muito eram parte comum a uma classe trabalhadora na cidade.

A nossa pesquisa está inserida no campo da História Cultural, trabalhando principalmente com o cotidiano, as práticas e as astúcias dos sujeitos. De acordo com Pesavento (2004), esse viés também trouxe a emergência da subjetividade nas

² Podemos situar nesta discussão o trabalho de Rachel Soihet (1989), intitulado *Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890-1920)*, no qual a autora pesquisou processos criminais de homicídio, infanticídio e ofensas físicas graves em que as acusadas eram do sexo feminino. Martha Esteves (1989), em seu livro *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da “belle Époque”*, e Celeste Zenha (1984), em sua pesquisa *As práticas da justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através de processos criminais*, escolheram, ao contrário de Soihet, processos em que as mulheres figuravam como vítimas ou ofendidas em casos como estupro, defloramento e homicídio. Temos também o estudo clássico de Mariza Corrêa (1983), *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*, no qual a autora utiliza processos de homicídio entre casais nas décadas de 50 e 60 em Campinas, analisando os parâmetros morais e legais que norteavam a sociedade. Embora não trabalhe exclusivamente com as relações amorosas, Sidney Chalhoub (1986) discute as relações amorosas que eram construídas entre os trabalhadores em um dos capítulos de *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Um dos trabalhos mais recentes e interessantes sobre esta discussão é o de Caulfield (2000), *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, que discute as várias noções de honra sexual e as suas múltiplas apropriações, como também e o de Bessa, *Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas, Uberlândia – 1950 a 1970*.

preocupações do historiador, por isso, nessa pesquisa, pretendemos seguir essa orientação. Para isso, utilizamos a análise de Certeau (1994) acerca do cotidiano e das astúcias do homem ordinário. O autor já nos mostrava que “o homem ordinário” inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente dessa conformação. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que o autor chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. Dessa forma, Certeau estabelece que as táticas e astúcias empreendidas são muito mais que “lances, golpes ou truques” – há muitas “maneiras de fazer”, muitas maneiras para caminhar, ler, produzir, falar.

O autor mostra como as pessoas se utilizam cotidianamente dos próprios lugares de produção de saberes e investimentos disciplinares para construir mecanismos de sobrevivência, e como reinventam o cotidiano e a prática do consumo a partir de suas artes de fazer. Os conceitos de estratégia e de tática também são operacionalizados na pesquisa, com o propósito de se pensar a ação de determinadas mulheres e homens, que inventam formas de driblar, de criar possibilidades de sobrevivência (táticas) face às estratégias das instituições. Nessa perspectiva, Certeau (1994) afirma que, na mesma medida em que existe um “dispositivo de poder”, agindo de forma microscópica na sociedade disciplinar, também existe uma rede de ações “microbianas”, que interagem constantemente nesse campo de forças, desautorizando essa mesma sociedade.

Além disso, pretendemos trabalhar com as relações de gênero. O uso do conceito de gênero na historiografia brasileira tem gerado, há algum tempo, um debate bastante acalorado. Joan Scott, em seu artigo “*Gênero: uma categoria útil de análise*”, propõe, pautada no paradigma pós-moderno, uma busca pela historicização e desconstrução dos termos que procuram denominar a diferença sexual. Neste sentido, a própria História sofre uma mudança radical, uma vez que abandona a busca pelas origens dos fenômenos, reconhecendo a complexidade dos processos históricos enquanto elementos inter-relacionados. Nesse sentido, as discussões que envolvem as problemáticas sobre gênero e história das mulheres serão fundamentais nesta pesquisa.

Além desses aportes teóricos, pretendemos também pensar essas histórias pelo viés do sensível, que é um campo ainda com olhares enviesados por parte de muitos historiadores, mas que atualmente está despertando e ganhando interesse dos estudos

historiográficos. Nossas análises recaem nas contribuições traçadas por Sandra Pesavento (2007), Langue (2007) e Alan Corbin (2005).

Para entender como essas práticas amorosas eram vivenciadas em Cajazeiras, é necessário antes de tudo entender o espaço em que esses sujeitos estavam inseridos. Assim, no primeiro capítulo, **“O cenário onde o amor ‘floresce’: sentidos e sociabilidades em Cajazeiras-PB”**, procuramos pensar o cenário nos quais homens e mulheres arrolaram as suas práticas amorosas. A tentativa é entender as possibilidades de vivências e de sentidos nesse espaço, discutindo os valores, códigos, condutas que circulavam nesse momento e as apropriações utilizadas pelos sujeitos ao empreenderem as dinamicidades em suas relações afetivas, analisando assim como esse espaço poderia proporcionar mudanças capazes de alterar as subjetividades vivenciadas por esses personagens e, assim, nos indicar possibilidades de razões e sentidos para o desenrolar dos relacionamentos. Deste modo, este capítulo torna-se importante por nos aproximar do tempo e lugar que os homens e mulheres estavam presentes e empreendiam suas experiências amorosas.

Pensar os relacionamentos amorosos e as subjetividades de outrem não é tarefa fácil. Assim, refletir as discussões que nos encaminham nessa perspectiva foi a intenção ao problematizarmos os **“Caminhos e descaminhos do amor: sensibilidades e contradições amorosas”**, que constitui nosso segundo capítulo. O nosso intento de discussão nesse capítulo é de apontar para as possibilidades de estudo sobre o amor e, a partir de uma perspectiva do sensível, nos direcionarmos a problematizar alguns casos que levam em consideração os lugares sociais dos sujeitos, pensando os sentidos e as práticas acionadas por estes para vivenciarem as suas vivências amorosas. Refletiremos cada caso em suas singularidades, problematizando quais os possíveis mecanismos acionados por esses sujeitos. Quais discursos surgem em um relacionamento em que as diferenças socioeconômicas estão presentes? E que moralidade era vivenciada pelos personagens dos “crimes de amor” em Cajazeiras-PB nas primeiras décadas do século XX? Assim, pensaremos os casos analisados.

No capítulo três, **“As razões do amor: escolhas e sensibilidades amorosas”**, procuramos apreender, a partir de uma análise do sensível, a pluralidade de experiências e sentidos capazes de mobilizar as escolhas, os sentimentos e as ações de homens e mulheres. Para isso, discutiremos um caso de defloramento do ano de 1932, que nos

direciona a pensar as dizibilidades de sentimentos e possibilidades das práticas amorosas, como os agenciamentos, os desejos, as angústias, os medos, os interesses e as incertezas, que nos oferecem a possibilidade de conhecer escolhas e vivências de situações particulares; experiências que são únicas e pertenceram apenas aos sujeitos envolvidos. Problematizar o amor, os relacionamentos, os sentidos e as possibilidades de vivências a partir dessa relação será o nosso objetivo.

CAPÍTULO I

O CENÁRIO ONDE O AMOR 'FLORESCE': SENTIDOS E SOCIABILIDADES EM CAJAZEIRAS-PB

1.1. Expectativas reais e desleais: Francisca, Raimunda e Luiza

No dia seis de setembro de 1937, emergiu em Cajazeiras-PB, nas cenas dos processos-crime, a jovem de nome Francisca Gomes, quatorze anos de idade, órfã de pai, subscrita por vivenciar um lar considerado “desonesto” perante os padrões morais e disciplinares da época. Frequentadora assídua de sambas e namoradeira, era assim descrita por algumas pessoas e facilmente esquadrihada por testemunhas e advogados por ter comportamento “irregular” e “leviano”. As testemunhas ali presentes diziam que ela não era mulher para se acompanhar, já que era afamada por todos como “saidinha”. O mesmo falava-se de sua mãe, que mesmo após viúva, já havia se amasiado com outros homens, não sabendo impor nem muito menos educar a filha.

Em meio a uma vida “desordeira” e “pregressa”, Francisca é sublinhada como o mal, o qual médicos e juristas passaram a querer eliminar, de modo a produzir uma sociedade sadia aos olhos daqueles que percebiam a urgente necessidade de normatizar as práticas e condutas.

Francisca provavelmente conheceu e até compartilhou de valores como “honra”, “pureza” e “candura”, talvez tenha desejado um casamento hígido e a constituição de uma família, mas o fato dela ser descrita com uma mulher que não considerava esses valores importantes a fazia ficar à margem, excluída e distante desses desejos que não podiam ser os dela.

Francisca e sua mãe, Rosa Gomes, estavam distantes do que circulava e se pregava enquanto valores morais, mas não do que elas idealizavam para si mesmas. Para as testemunhas, elas estavam longe de se encaixar nestes padrões ideais de mulher creditada para o momento. No entanto, estar fora dos preceitos morais da época não significa que as mesmas não compartilhassem dos valores que circulavam naquele período.

Valores como virgindade e casamento eram sentidos de formas diferentes a partir das experiências cotidianas em cada grupo, com isso estamos admitindo que determinados valores eram compartilhados, mas também vivenciados e experimentados de maneiras diferentes; nem mesmo no interior de grupos coesos as regras estabelecidas eram partilhadas e interpretadas da mesma forma.

Engel (2000), no artigo “*Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)*”, questiona a existência de uma suposta identidade feminina que desconsidere as diversidades culturais e sociais. A autora ainda alerta para as especificidades dos valores que permeiam as relações amorosas dos segmentos populares. No entanto, a presença comum de determinadas falas nos processos-crime analisados pode indicar estratégias de defesa ou até mesmo a “existência de certos valores referenciais comuns”, mas vivenciados de acordo com as diferenças socioculturais que caracterizam uma dada sociedade num dado tempo.

E o que falar do caso de Raimunda Paulino de Sousa, em 1932? Ela, o pai e a irmã fugiam da pobreza e da miséria quando chegaram a Cajazeiras, sem ter como sobreviver, nem possibilidades de seu pai a manter, Raimunda foi trabalhar como doméstica na casa de Lima, um comerciante de boa posição social. Lima, “bom homem” e generoso, como se dizia, com pena da situação que a jovem Raimunda encontrava-se, a convidou para trabalhar em sua casa, mesmo este já mantendo outra empregada.

Essa história poderia ser apenas mais uma de meninas que necessitavam trabalhar para se manter, se não fosse um amigo vingativo³ de Lima, que alerta ao pai de Raimunda sobre uma possível sedução. O pai, sabendo do que estava acontecendo, recorre à justiça para que a honra da sua filha seja lavada. Raimunda, então, diz ter sido seduzida por promessas de uma vida melhor e presentes. Entre denúncias e acusações, Raimunda muda a sua versão afirmando que queria apenas que Lima casasse com ela, já que não era mais virgem.

Raimunda é costurada por inúmeros discursos que demonstram a sua condição social e econômica. Não seria difícil, ao conhecer essa história, estabelecer um julgamento. Mulher jovem, pobre, que se apaixona pelo patrão, e que veria nele a possibilidade de uma vida diferente. Ou poderíamos pensar em uma versão menos

³ Termo apresentado nas falas do acusado Lima, no processo-crime de 1932.

ingênuas: Raimunda arquiteta tudo para ficar com Lima, dando a entender que não era mais virgem e que não tinha intenção de prejudicá-lo, mas na primeira oportunidade recorre à justiça para tirar vantagem. Ou ainda, teríamos uma versão em que Lima seria o sedutor que, se aproveitando dos sonhos e das dificuldades de Raimunda, prometeu-lhe casamento desde que ela provasse o quanto o amava.

Não estamos aqui para encontrar a verdade ou a melhor versão, mas todas essas versões aqui apresentadas carregam significações e representam os lugares das quais foram produzidas ou representadas. Isso significa dizer que essas versões, embora nunca tenhamos a certeza se foram verdadeiras ou não, falam mais das pessoas que a produziram do que das pessoas de quem estão falando.

Não podemos esquecer também que dependendo do lugar social que essas mulheres estavam inseridas, eram julgadas e analisadas. Portanto Raimunda, por ser uma mulher pobre, trabalhar e circular sozinha pelas ruas, indicava ter uma falha moral.

Outra história que nos questiona e nos leva a problematizar essas relações é a de Maria Luiza da Conceição, com 15 anos de idade, que aconteceu no Sítio Tambor, de Cajazeiras. Esse caso nos chama atenção pela complexidade das relações que são travadas, pois Maria foi raptada pelo noivo de sua irmã logo após a proposta de rapto ser negada por ela (mas não negada por Maria). Depois de três meses na casa de uma suposta amiga do raptor, Maria adoece e é obrigada por esta a procurar uma parteira “diplomada” para consultá-la.

O diagnóstico é uma doença sexualmente transmissível. Maria então confessa que já não era mais virgem, e que o seu desvirginamento tinha acontecido há três anos, por outro homem já casado que a seduziu. Com a descoberta do defloramento realizado por outro homem que não o seu raptor, inicia-se o desenrolar dos fatos. Maria é devolvida a sua família, o pai, então insatisfeito com a situação, procura a justiça para que o ofensor de sua filha seja punido.

Maria, assim como Francisca e Raimunda, estava longe de viver os preceitos e condutas defendidos e moralizados. É uma das personagens que dentro do seu contexto sociocultural utilizaram de outros meios e mecanismos para vivenciarem as suas relações.

Conhecer um pouco sobre a história dessas personagens nos instiga a pensar o contexto em que essas questões cada vez mais ganhavam o interesse em diversos setores

da sociedade. Pensar: qual o seu lugar de atuação? Quais as suas possibilidades de práticas e de vivências? O que seria vivenciar a Cajazeiras-PB no início do século XX? Como pensar os sentidos empreendidos pelas Franciscas, Raimundas e Marias ao vivenciarem este contexto? Quais discursos eram empreendidos? Quais as possibilidades de relações existentes? É partindo destas questões que o/a convidado a fazer uma viagem pela Cajazeiras das Franciscas, Marias, e de tantos outros sujeitos. Tentaremos, assim, embarcar em uma viagem por esta cidade através da “câmera subjetiva”⁴, ou seja, pelo olhar dessas personagens, que através de suas histórias nos possibilitam uma aproximação dos sentidos empreendidos em suas trajetórias de vida.

1.2. Cajazeiras disciplinadora: modernização, transgressão e moralização

[...] Como um grande palimpsesto, a cidade muda as suas linguagens, pois não pode ser interpretada, apenas como uma pedra e cal, em seu aspecto físico. Ela, a cidade, é também a vida que pulsa dentro de si, são as ruas cheias e barulhentas, o dia-a-dia das residências, as etnias em trânsito, o tráfico e o tráfego de mercadorias e de costumes, os sujeitos acelerados que caminham nas paisagens urbanas e pontilhadas, as ruas calçadas ou lamacentas com as suas histórias, com os seus gestos, com a sua vida, com a sua morte, com as suas tramas e dramas, com as suas histórias ocultas. A cidade acelera por fora, mas antes disso tudo os sujeitos aceleram por dentro. Mudam as suas concepções e visões, seus tatos, suas formas de crer, de se pertencer (BURITI, 2011, p. 18).

Início do século XX, a modesta cidade do sertão paraibano, a Cajazeiras do Padre Rolim e também dos incontáveis personagens que nela habitavam, passara por uma série de transformações que de maneira muito particular implicaram na maneira como os seus atores se apropriavam e pertenciam ao seu espaço. A Cajazeiras das décadas de 20 e 30 recriou novos lugares, novas tecnologias e discursos que foram incorporados ao cotidiano da cidade, possibilitando uma reincorporação nos modos de ser, sentir e acionar as suas experiências.

Esta emergência de mudanças trazida com alguns signos da modernidade gerou transformações através da inserção de novos códigos e normas. Nesse momento, uma

⁴ Alan Corbin, em entrevista, apresenta o conceito da câmara subjetiva e discute como esse foi utilizado e apropriado em seu livro: *O mundo reencontrado de Louis-François Pinagot: no rastro de um desconhecido (1798-1876)*. Na entrevista, Corbin discute o empréstimo dessa técnica cinematográfica que seria a câmara subjetiva, apresentando esta como uma tentativa de se pôr e colocar no lugar do outro, percebendo como, a partir dessa, o seu personagem o via e os possíveis rastros seguidos por este.

gama de discursos médicos e juristas é acionada devido à necessidade de se higienizar condutas e valores por meio de uma infinidade de políticas públicas que também foram responsáveis por alterações sociais, físicas, urbanísticas e afetivas, que atingiram diretamente o cotidiano e os costumes das pessoas.

É assim que pensar a cidade, em específico Cajazeiras, em meio a esse contexto, se faz bastante complexo, uma vez que não trata apenas de mudanças, mas também de resistências e confrontos.

No entanto, a então pacata cidade não queria mais assim permanecer. Embalada por um discurso modernizante, encantava-se com o ideal capitalista, que com sua fala de progresso e embelezamento despertou cada vez mais o interesse dos que ali frequentavam. Embriagada por essas promessas e por uma incessante busca por “liberdade, ascensão social e em ver as suas necessidades pronto atendidas como lazer, habitação, educação, bens materiais e sentimentais que supram a sua sobrevivência” (ROLIM, 2010, p. 43), deixa-se então seduzir por um discurso modernizador, cedendo assim aos seus desejos e encantos.

É nessa incessante busca por mudanças que Cajazeiras iniciou seu processo de modernização, essas transformações atravessadas pelos valores da República acarretaram em inúmeras mudanças de posturas através dos discursos de higienização, vindos principalmente das capitais brasileiras. Todavia, cidades como Cajazeiras foram também palco dessas alterações.

Na década de 1920 ganhou uma série de inovações como a chegada da luz elétrica, do cinema, do trem de ferro, do telefone e do telégrafo, da impressão de jornais locais, da prática do futebol, que somados a uma série de melhoramentos urbanos e à construção de grandes casarões e prédios nas ruas centrais, deixavam um ar de modernidade e de civilização na cidade (ROLIM, 2010, p. 43).

Esses implementos, contudo, foram responsáveis por mudanças não apenas físicas, mas também dos sentidos que agora balizados de moralização e higienização passaram a transformar o cotidiano dos cajazeirenses. Esses novos comportamentos trazidos com a modernidade também tornaram Cajazeiras mais atrativa, com espaços de lazer e de novos valores, um espaço de diversão.

Problematizar os sentidos empreendidos pelas mulheres cajazeirenses marginalizadas ao pensarem as suas relações amorosas é entender um pouco a sua

experiência de vida, as suas apropriações e práticas utilizadas. Deste modo, refletir acerca de toda essa série de discursos, que são instituídos, torna-se um desafio, uma vez que através desses foram arrolados uma gama de lugares para homens e mulheres – os moldes e os ideais que eram disseminados acerca da família, amor e casamento.

Para Cipriano (2002), a pujante inserção da modernização acionou discursos que alteraram costumes, valores e papéis sociais, como o do feminino e do masculino. Essas transformações acabaram que assustando muitos juristas e médicos que perceberam essas mudanças com preocupação. A partir disso, a mesma faz uma análise dessas transformações na Paraíba e dos discursos que circulavam nesse momento, pensando também as transgressões em uma sociedade onde as mulheres passavam a ocupar espaços e condutas morais que não eram considerados como suas. Papéis sociais estabelecidos foram irrompidos, o que ocasionou uma incessante necessidade das autoridades em nortear o seu olhar, em especial para a mulher e a sua sexualidade.

Ainda de acordo com Cipriano (2002), o cuidado em utilizar o termo modernidade deve ser pensado, tendo em vista que

Mesmo levando em consideração os limites do termo modernidade, para o Estado da Paraíba, no período citado, não se pode negar que, principalmente a partir da década de 20 o tema é exaustivamente abordado, nas revistas e jornais de época, como um “viver” dos “novos tempos”. Um viver de um tempo falseado, em que as relações tornavam-se efêmeras (CIPRIANO, 2002, p. 12).

É então nesse cenário que o discurso dos juristas e médicos higienistas aparece com um importante papel de moralizar, formulando o que era certo e errado, o que podia ou não fazer, evitando assim uma desordem nos padrões morais e sociais da sociedade.

Em Cajazeiras não foi diferente, esses discursos fizeram parte das transformações da cidade. Os julgamentos em torno dos crimes de defloração aparecem com a função de regular a vida dos sujeitos. A responsabilidade de cuidar e higienizar a família foi entregue às instituições jurídicas e médicas, que ensaiaram e normatizaram os códigos de condutas, prevendo sanções aos que as descumprissem.

Cajazeiras, deste modo, foi um berço de valores e costumes moralistas. A cidade, ao mesmo tempo em que vivenciava transformações e se viu encantada e embriagada pelas novas mudanças, teve divergentes posições e confrontos. Ao passo

que esse progresso acelerava, procuraram-se meios para regular os novos padrões que começavam a surgir.

Desse modo, [...] nas cidades, as mudanças de valores éticos e morais, valores esses que vão se adequando ao avanço cultural e tecnológico dentro dos espaços urbanos, pois além de se constituir em um complexo material, a cidade também é um complexo cultural. E é na vivência cotidiana que seus habitantes criam, modificam, copiam ou mesmo rejeitam costumes e valores éticos e morais (ROLIM, 2010, p. 46).

Decorridos das transformações e da forma como essas acabam por modificar o cotidiano dos cajazeirenses, ou até mesmo da maneira como é rejeitado tal “progresso”, pairamos agora sobre esses discursos acionados, de modo a pensar como essas transformações mudaram o cotidiano desta cidade e quais os sentidos para os sujeitos empreendidos.

As discussões recaem nas possibilidades de experiência que a modernidade possibilitaria para seus moradores, pensando como esta poderia ser vivida. Nesta pesquisa não nos interessa apenas entender as mudanças a que os cajazeirenses assistiram, mas discutir as possibilidades sentidas por aqueles que nela viviam.

Sabemos até aqui que existiu uma disseminação de discursos alertando o cuidado com o corpo, em especial o feminino, e dos valores morais vigentes, postos de cima para baixo. Difundiu-se uma forma de amar, de se relacionar, vivenciar a cidade e de agenciar os desejos. Entretanto, esses valores não consideraram as particularidades de cada grupo e meio social, não levando em consideração que os mais pobres nem sempre tinham como viver nos moldes ditados.

Margareth Rago (1985), em *“Do cabaré ao lar”*, afirma que essas normatizações foram impostas e ingeridas por uma sociedade burguesa que formulara um modelo de família, através de uma necessidade de moralizar os costumes dos trabalhadores operários que visualizariam e seguiriam a um modelo padrão, ou seja, aquele que seria instituído pelos burgueses.

Instituir hábitos moralizadores, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica de poder significa revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. Nesta utopia reformadora, a superação da luta de classes passava pela desoridação

do espaço privado do trabalhador de duplo modo: Tanto pela designação da forma da moradia popular, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar (RAGO, 1985, p. 61).

O ser mulher e o ser homem se constroem nessa relação, nas experiências, nas relações amorosas, nas relações afetivas, entre tantas. É partindo desse pressuposto que percorremos os ditos “crimes de amor” na cidade de Cajazeiras. Crimes estes que são acionados por trabalhadores, donas de casa, empregadas domésticas, agricultores e operários que procuravam a justiça para resolver seus problemas de ordem particular.

Será através destes que pensaremos as formas de assimilações e apropriações em Cajazeiras, diante das mudanças e discursos que permeavam a cidade e as pessoas que nela viviam e recebiam esses códigos, pensando sempre os sentidos postos nessas relações.

As meninas que recorriam à justiça eram marginalizadas, contudo, isso não as impossibilitava de desejar e também compartilhar valores regimentados. Muitas podiam ensinar um casamento, embora não tivessem um modelo familiar instituído e tivessem que frequentar espaços considerados desordeiros. Pensar as possibilidades sem desconsiderar as diferenças nessas relações é um propósito.

Francisca, Raimunda e Maria são exemplos desordeiros perante os discursos juristas, meninas que acionaram outras práticas e caminhos de estar e sentir a cidade: trabalhar para sobreviver, além de não terem a custódia da mãe sempre presente.

Andar sozinha pela cidade tornara-se corriqueiro às personagens e tantas outras meninas que não necessariamente tiveram que recorrer à justiça para conhecermos as suas histórias. Assim, as transformações que alcançava Cajazeiras foram também sentidas por essas mulheres, não do mesmo modo que a elite experimentou, mas, através de conversas e andanças, essas tinham acesso e contato com aparatos, novidades e discursos, podendo os desejar. Os sentidos vendidos, como a vaidade e a felicidade, eram almejados.

Essa exclusão era visível por meio das transformações estéticas. Os discursos implementados não se encaixavam nos moldes que os mais “comuns” viviam. O contato com o público, o processo de higienização e a constante falta do olhar que atentasse aos passos dessas meninas, faziam delas estereótipos de um discurso conservador, patriarcal, que as segregava.

Nos processos podemos observar os moldes pelos quais essas meninas são analisadas e examinadas por médicos, advogados e juristas, que através da observação dos seus comportamentos, dos lugares que percorriam, com quem moravam e como moravam, determinavam o seu caráter e índole, pressupondo um julgamento. Exemplo disso é a fala de Manoel Ferreira Junior, advogado, que afirma em sua análise:

[...] A educação mal orientada e com pouco recato da menor Francisca, habituada a certas liberdades e levandades com namorados, vivendo constantemente em sambas e brincadeiras pouco recomendáveis a uma moça honesta e de pudor (PROCESSO-CRIME, nº 16 de 1937).

Outra fala bastante interessante é a do senhor José Victalínio da Silva, que em seu depoimento analisa o comportamento de Francisca, afirmando a sua descompostura e falta de moral perante os demais. Para ele, mulher de moral não deveria se acompanhar com ela, é tanto que este não permite que sua cunhada se aproxime da mesma. Vejamos:

[...] Que o procedimento da menor Francisca, foi sempre irregular, só vendo constantemente em sambas acompanhada de namorados tendo com o consentimento de sua própria mãe, que nenhuma importância dava a conducta leviana de sua filha acrescentando mais que a conducta da menor era tão irregular que elle proprio proibira Nira sua cunhada ir a missa em sua companhia (PROCESSO-CRIME, nº 16 de 1937).

Neste sentido, meninas que estavam nas ruas, que andavam por espaços considerados desordeiros, em muito eram mal interpretadas e mal encaradas pelos defensores das normas e das condutas por despojarem autonomia em suas vidas. Contudo, outros sentidos são empreendidos por essas que tem a possibilidade de transitar pela cidade, como ter a possibilidade de entrar em contato com as mudanças e novidades que chegavam a Cajazeiras.

A moda e os novos padrões de beleza que conquistavam a cabeça das mulheres da elite foram objeto de sedução e desejo para meninas que não tinham como adquirilos. Vejamos Raimunda Paulino, no ano de 1932, ao dizer ter sido seduzida por Lima: afirma que este lhe deu alguns presentes como ruge, sandálias, tecidos e vestidos. Esses objetos são apresentados na história como artefatos de desejo e também de necessidade

de Raimunda, que aproveita para colocá-los como meios utilizados por Lima para seduzi-la.

Com isso, os valores culturais e sociais também eram anseios dos mais pobres, como casar, constituir família e ter acesso aos bens materiais. Na cidade tinha-se acesso aos discursos que circulavam e que circunscreviam homens e mulheres, esses valores e discursos, embora de fato fossem produzidos por determinados grupos, não foram compartilhados apenas pela “elite”.

Martha Abreu Esteves (1989), em “*Meninas perdidas*”, problematiza os processos-crime por sedução e defloração no início do século XX no Rio de Janeiro e analisa os inúmeros discursos que circulavam acerca dos costumes, principalmente os que partiam de instituições normatizadoras como a medicina e a justiça. O trabalho de Esteves (1989) é considerado um clássico, pois foi um dos primeiros que rompeu com a ideia de uma ideologia dominante sobre os valores morais impostos e consumidos pelos populares. Para fugir dessa interpretação, a autora utiliza o conceito de “circularidade cultural”⁵, desta forma, tanto os populares almejavam e desejavam os valores morais pregados pelas instituições disciplinares, como também se apropriavam deles. Mas o inverso não foi discutido, essa “circularidade” só acontecia em uma via.

Esteves (1989) procurou perceber personagens das histórias de amor não como meros espectadores, mas sim como sujeitos ativos que se inseriram nesse processo através dos sentidos postos a sua realidade, questionando o entendimento que priorizava os grupos dominantes como manipuladores dos “populares” como se fossem fantoches.

Essa perspectiva possibilitou de igual modo o debate que permite contestar noções sobre valores e maneiras de ver e viver o mundo, vistos como iguais tanto para os grupos ditos dominantes como para os populares. É importante perceber que não há uma só maneira de ser dos populares, que não podem ser entendidos como um grupo homogêneo, mas como sujeitos capazes de se inserirem numa circularidade cultural, questionando e recriando formas de vivenciar. Assim, “as meninas perdidas”

⁵ O historiador Carlo Ginzburg (1987) retrata no livro *O queijo e os Vermes* o cotidiano de um moleiro, que por possuir e compartilhar seus pensamentos e suas leituras contrários ao da Santa Igreja, passa a ser perseguido pela inquisição. Segundo o autor, tradição oral e escrita um simples moleiro concebe e recria em sua mente pensamentos e ideias contrários ao da Igreja, se inserindo em uma circularidade cultural, essa se fazendo presente por meio da visão de mundo que Menocchio desenvolveu através das leituras que fazia e do que lhe era passado oralmente, o possibilitando a estar assim inserido numa cultura popular (camponês) e numa cultura erudita (padres e juízes). Deste modo, Menocchio formulou suas próprias concepções críticas sobre o meio cristão que estava inserido.

demonstravam conhecer as leis e recriar estratégias em suas falas, mesmo quando estas não eram capazes de viver aos moldes do que era instituído.

Já o trabalho de Bessa (1994) sobre “*Jogos de sedução*” amplia essa discussão ao trabalhar com processos-crime por sedução em Uberlândia nas décadas de 1950 a 1970. A autora faz uma crítica ao conceito de circularidade empreendido por Marta Abreu Esteves. Para ela, embora Esteves tenha sido um clássico para a época, ela não consegue romper com a dicotomia de classes, tendo em vista que sempre são os “populares” que consomem e se apropriam dos discursos produzidos pela elite, assim, essa circularidade torna-se unilateral, tendo em vista que o inverso não foi discutido, não eliminando o risco da dicotomia.

[...] Ao mencionar o movimento circular entre uma cultura e outra, a autora enfatiza sempre a obsessiva necessidade que a cultura da elite têm de englobar o popular e submetê-la a sua hegemonia, corro o risco de estar simplificando, mas é perceptível uma certa sombra nostálgica de movimento histórico que se faz em uma luta de, antemão desigual, entre opressores e oprimidos; onde os últimos se limitam a estratégias de combate e/ou fuga das imposições fundadas por uma minoria avantajada de dinheiro, erudição, prestígio e poder político (BESSA, 1994, p. 139).

Diante dessa discussão, não objetivamos perceber esses grupos como homogêneos e formular unidades dicotômicas, mas perceber as diversidades de lógicas empreendidas pelas mulheres dos crimes de amor através de suas histórias de vidas.

Os modernismos introjetados, como já visto, não significaram inovação e transformação total dos valores, até porque essa modernidade discursava pela mesma via do conservadorismo, mas com bases diferentes, priorizando um discurso científico. Para tanto, incorporou-se a injeção de aparatos urbanísticos, incorporou-se também conhecimentos, afetos, uma percepção de si fora reescrita por meio de uma absorção ou não das novidades que aqui foram sentidas. É no cotidiano que as práticas e ações se recriam. Segundo Silva Filho (1999, p. 311),

[...] A cidade de Cajazeiras na década de vinte é tecida por discursos, por ideias, por um desiderativo dos habitantes que concediam à aura urbana, pelo cruzamento de textos de discursos por meio da linguagem, uma visualização da materialidade e da imagética de uma cidade que participava dos novos tempos, dos tempos modernos, ganhando foros de modernização, introjetando modernismos.

Deste modo, podemos afirmar que Cajazeiras, dentro desse contexto, fez parte de um projeto urbanístico e discursivo modernizante, amparada pela injeção de símbolos que modificaram as informações, as práticas de lazer, os afetos, os gestos e as ações, elaborando maneiras que alteravam o cotidiano, em especial dos mais pobres, que passaram a serem vítimas de um olhar disciplinador e sanitarista.

É notável que o processo modernizante atrelado à chegada de novos símbolos e ideias estava a comprometer uma ordem. Aqueles, vivenciados e sentidos de modos distintos dependendo do seu lugar sociocultural, geraram conflitos e embates entre os que aceitavam esse “progresso” e os que resistiam.

De igual modo, nos colocamos a pensar como esses modernismos também foram vivenciados e sentidos por mulheres da elite cajazeirense, para isto, propomos arrolar uma discussão a partir da revista *Flor de Liz*, ou seja, pelas escritas das senhoras e senhorinhas que a compunham. Embora essa revista fosse escrita por um e para um público específico, a *Flor de Liz* auxilia-nos a pensar, a partir de seus escritos, os discursos que estavam presentes nesse cenário, o ideal de mulher e de relacionamento que circulava nesse espaço; vale ressaltar que as mulheres marginalizadas não eram indiferentes ao que acontecia, acreditamos que essas tinham contato com ideias, códigos e valores que faziam parte da sua realidade.

1.3. A flor cajazeirense: imprensa e novos padrões

Os primeiros anos do século XX também foram marcados por mudanças nos moldes como se dava e chegava a informação em Cajazeiras. Essas mudanças foram gestadas pela imprensa, que de maneira muito particular, ganhou o gosto dos cajazeirenses. Jornais como o “Rio do Peixe” (1924), o “Rebate” (1925) e o “Sport” (1926), foram responsáveis por informar e comunicar as principais notícias. Cajazeiras passou a ficar atenta ao que acontecia, informando e também formando opiniões sobre o que se noticiava.

É assim, ganhando o gosto dos cidadãos, que em Cajazeiras surgiu um importante periódico, formado por mulheres católicas e da elite cajazeirense: a *Flor de Liz*, tendo seu início em 1926 e com duração de onze anos.

Era cada vez mais essencial que a formação feminina estivesse sendo indiscutivelmente atrelada aos simbolismos da Igreja, da moralidade e do conservadorismo. Noticiando e visualizando escolhas, a revista Flor de Liz foi um periódico de conteúdo feminino que valorizava os costumes e valores morais, disciplinando e discutindo como uma boa mulher deveria ser, como a educação feminina era importante, como a felicidade sonhada por mulheres seria viável, educando e encaminhando as mulheres em Cajazeiras.

A Flor de Liz teve importante papel, uma vez que foi ao encontro das necessidades e com o que devia ser combatido naquele momento, ou seja, educou as mulheres para que seguissem os preceitos e valores morais, ajudando a evitar que estes fossem esfacelados pelas novidades trazidas pelos novos aparatos tecnológicos e novas ideias. Discutiam-se os papéis sociais e os lugares, em especial o do feminino. A proposta era colocar em pauta o discurso da higienização e da valorização dos costumes religiosos. No artigo intitulado “Enquete feminina”, Rosinha Tavares afirma:

Há vantagem para uma moça em instruir-se?
 Sim. Porque hoje a instrução de tudo vale e encontra-se
 a frente de todas as nossas empresas
 Ella esta unida a educação e os de
 feitos desta reflectirão naquela.
 Ora desde que não podemos viver
 sem educação difficil será passar sem instrucção
 si ellas são inseparáveis
 e si a instrucção é de vantagem para qualquer criatura
 em especialidade será para as moças
 porque estas se esforçam mais de
 que outra qualquer classe para a realisação
 de obras de valor.
 A instrucção ainda apresenta grandes vantagens
 para as moças porque ela vae as camadas interiores do nosso ser,
 fixado com a sua chegada a religião, a moral e os grandes ideais
 que irão servir no nosso desenvolvimento intellectual.
 E sendo assim so poderá ser útil e vantajosa porque
 forma a personalidade, transmite nosa cultura e dirige-nos
 quasi sempre para o bem, para a justiça e para a verdade
 E ainda é de grande vantagem a instrucção para as moças
 porque a corrupção pela sociedade actual vem pela
 mulher e se esta tiver uma instrucção aprimorada e baseada
 na religião sera a salvaguarda da degenerencia que devasta
 os meios civilizados (REVISTA FLOR DE LIZ, ano 2, abril de 1927).

Assim, era evidente o cuidado que a revista tinha com a instrução e a educação que era dada às moças, chamando a atenção pelo discurso de que o mal estava arregimentado nas mulheres. Deste modo, era para estas que os olhares e os cuidados deviam se voltar. Não foi à toa que a mulher tornou-se o principal alvo de políticas públicas e teve tanta atenção nos discursos.

A mulher que saía à rua e não tinha família estruturada, que não mais queria viver apenas para o lar, era a maldição da sociedade: ela sujaria e desonraria a família. Segundo Cavalcanti (2000), com o surgimento de uma sociedade burguesa, a família passou a ser tutelada pelo Estado, que tomou para si os cuidados da família e, obviamente, das mulheres.

A imprensa, nesse sentido, teve um importante papel, ela era um símbolo da modernidade, e seria um importante meio de veicular o progresso, o que acontecia nas cidades, trazia novos padrões de beleza, novas normas, condutas, novas formas de sentir, uma nova ideia de felicidade era vendida, novos gostos, aromas e belezas, então, nada mais interessante que estas notícias e esses novos padrões fossem cuidadosamente tratados.

Vejamos a revista Flor de Liz. Atendia a um grupo específico e era montada por mulheres da elite (logicamente, falava para e do seu grupo). As leitoras deste periódico ensaiavam e davam conselhos para as moças que vinham de famílias tradicionais.

A revista pregava um padrão de beleza através de anúncios de moda e concursos de beleza, nela também estavam presentes artigos com discursos aconselhando como as mulheres deveriam se vestir, se portar e ideais para conseguir ser feliz. Através disso, muitos sentidos foram alterados. A modernidade trouxe consigo ideais de beleza e felicidade, a vaidade, por exemplo, tornou-se um mal que os mais conservadores tentavam sanar. O modernismo, deste modo, alterou os sentidos, uma vez que esses são compartilhados socialmente.

Ao mesmo tempo em que as novas modas chegavam a Cajazeiras, como o cabelo curto e as saias acima dos joelhos, escreviam nas suas colunas da revista que isto era o fim da feminilidade, a futilidade sem tamanho trazida pelos novos tempos. Logicamente, falavam a partir do seu lugar social, eram senhoras católicas que visualizavam essas novas práticas como a destruição de muitos princípios, causando

espanto e não aceitação. Muito provavelmente essas ideias não conquistaram a todas, sendo um processo gradativo. Visualizemos o artigo “A moda e a mulher”:

[...] uma menina inteligente seria instruída e honesta, não deve se mostrar-se em publico com vestidos que são verdadeiras tangas, com os cabellos quase raspados e com ares desenvoltos de mais perde sua feminilidade, a sua graça ao vê-la a toda hora pintando e repintado a cara em toda parte, na rua, no teatro (REVISTA FLOR DE LIZ, ano 02, agosto de 1927).

Neste diálogo, a revista também alertava para os excessos de cuidado com o corpo que a mulher estava a adquirir. Em muitos artigos, por exemplo, encontramos alertas com o excesso de preocupação com a beleza, pedindo para que as mulheres não se deixassem levar pelas futilidades elaboradas pelos novos padrões, pois isso lhes tornava sem encanto e candura. A boa mulher, presente em alguns trechos, deveria ser aquela dedicada ao marido e aos filhos, não se deixando levar pelas futilidades elaboradas pelos novos padrões e valores.

Em um desses artigos, intitulado “Mortandade dos lactentes”, se trata da importância da amamentação, apropriando-se de discursos higienistas para advertir as mulheres sobre o cuidado que estas deveriam externar enquanto mães, de maneira que não mais se importassem com a flacidez, nem com os discursos de beleza que surgiam, mas sim que efetivassem o seu real papel de mãe. Notamos, deste modo, que o discurso moderno utilizava-se da medicina para convencer.

O Dr, Leôncio de Queiroz, higienista de grande nomeiada, o mestre desenganado no tratamento das crianças, tem como seguro que o aleitamento materno por si só bastará a alimentação dos recém-nascidos. Dahi condenarmos a nós o excesso de vaidade criminosa sobre certas mães que deixam de amamentar para não envelhecerem physicamente, sacrificando desta arte a vida a uma causa temporã (REVISTA FLOR DE LIZ, ano 01, março de 1927).

Deste modo, podemos afirmar que existiam novos valores e que esses estavam a conquistar as mulheres cajazeirenses, que passaram a mudar o corte de cabelo, os modos de se vestir, usando vestidos mais curtos, havendo um maior cuidado com o

corpo. O belo estava mudando e as novas concepções estavam a ganhar o gosto das mulheres sertanejas.

A revista, para tanto, insistia em zelar e pedir que as mulheres não se deixassem levar por esses discursos de beleza e do corpo, mas deviam sempre se lembrar dos seus reais papéis, do seu lugar social e que a real função da mulher era dentro do lar, nutrindo uma família sadia, higienizada, na qual ela pudesse realizar com presteza o seu exercício de matriarca, sem ludibriar-se pelos encantos trazidos com os novos tempos.

Em outra publicação, são discutidos os hábitos que as mulheres honradas e de boa índole deviam evitar:

- escrever carta de amor
 - voltar a cabeça para olhar quem as olha
 - falar muito e nada dizer
 - usar vestido demasiadamente curto e decote demasiadamente comprido
 - rir com o unico intuito de mostrar os dentes
 - amar só para passar o tempo
 - usar mais de quatro côres no vestido
 - ficar longas horas de frente ao espelho e deixar a casa ao Deus dará
 - commungar pela manhã com devoção e ir a tarde a espctáculos inmoraes e a noite aos bailes
 - gesticular a meúdo e teimar sempre
 - ter dois amores ao mesmo tempo
- (REVISTA FLOR DE LIZ, ano 01, março de 1927).

Através desse artigo publicado na revista podemos ter uma noção das novas práticas e sentidos que estavam a ser incorporados. As autoras eram sensíveis ao que estava acontecendo, os lugares que estavam a ser frequentados, o novo modelo de roupa, a dedicação com a beleza que fora incorporado, o alerta com os namoros e as relações amorosas que ganhavam outras perspectivas. Foram esses outros contrastes que as políticas públicas, com seus discursos higienistas, lutaram para deter.

Buriti (2011) apresenta as simbologias afetivas que se constroem nessa relação ao discutir que esses cuidados que foram inseridos estão para além de questões educativas e sanitaristas de eliminar os maus costumes, mas possibilitam prescrever uma escrita de si, através das maneiras que os sujeitos criam em se vestir, no cuidado com o corpo, na elaboração de um modo de viver, de se educar, criando lógicas de qualidades e defeitos, estas, porém, estão limitadas a condicionamentos sociais e culturais do meio em que se vive.

Nessas novas, embora tímidas, paisagens urbanas, o próprio corpo é reescrito, reelaborado, repensado, reconfigurado ou desconfigurado. Tanto os médicos quanto outros profissionais, a exemplo dos arquitetos ficaram mais atento aos silêncios dos corpos, aos não-ditos, ao que até então não tinha sido suprimido, ignorado ou esquecido. Para as novas descobertas sobre o corpo, a sensibilidade foi fundamental para ajudar os sujeitos a perceberem as singularidades, as falas, os gestos e os códigos do corpo e da alma (BURITI, 2011, p. 23).

A cidade e a sua pujante transformação alterou os códigos do sensível, novos tons, novos afetos, aromas, belezas e formas de se sentir foram recriados e passaram a ser aceitos como também rejeitados. Segundo Eliana Rolim (2010), foi a incorporação de algumas mudanças, como “a impressão de jornais locais, da prática do futebol, que somados a uma série de melhoramentos urbanos e à construção de grandes casarões e prédios nas ruas centrais deixavam um ar de modernidade e de civilização, na cidade”. As alterações físicas, como as construções de novos prédios, geraram uma nova arquitetura que possibilitou uma outra cara para a cidade, uma nova beleza.

Do mesmo modo, essas transformações foram recriadas para os relacionamentos. Algumas mulheres poderiam ter mais acesso às ruas, com os novos discursos sobre feminismo, poderiam alterar as relações que provavelmente manteriam com a casa, o lar e o espaço público, assim modificando as suas relações e os modos como essas se constituíam. As sensibilidades então se recriavam através das novas práticas e das novas políticas, dos novos códigos e maneiras, uma educação dos sentidos que era incorporada.

No entanto, como visualizamos através da revista, esses novos códigos não foram facilmente aceitos e recebidos. Mariano (1999), em sua dissertação “*Signos em confrontos: o arcaico e o Moderno na Princesa (PB) dos anos vinte*”, discute o contexto social, cultural e político da Paraíba nos primeiros anos do século XX, e problematiza as transformações que a cidade de Princesa vivenciava com a chegada de alguns símbolos modernos, mostrando que essa foi marcada pelos embates entre o velho e o novo, e por uma modernidade que encantava e ao mesmo tempo assustava a sociedade.

A mesma aborda esses embates discutindo que esses novos valores não foram aceitos por todos, causando espanto e uma não aceitação dos preceitos que adentravam a

cidade de Princesa-PB. As novas tradições tiveram que conviver e sobreviver em meio a essas alterações, criando lógicas de resistência.

Em Cajazeiras não foi muito diferente, ao mesmo tempo em que as novas ideias conquistavam uma parte da população, a outra resistia. Isso é perceptível pela forma como a revista tratava essas discussões. Ressaltamos, Cajazeiras era uma cidade católica, permeada por uma elite conservadora. Na revista *Flor de Liz* encontramos diversos artigos que combatiam essas ideias modernistas, os novos valores, costumes e sociabilidades que penetravam os princípios vigentes de então.

Essas novas mudanças, fossem de ideias ou estruturais, não atingiram a todos de maneira igual, ela foi vivenciada de modos distintos pela elite e pelos menos favorecidos, uma vez que nem todos tinham acessos aos símbolos do progresso nem os sentiam do mesmo modo.

A chegada da luz elétrica, as novas práticas do carnaval, o acesso a revistas e jornais, a ida ao cinema, e o acesso aos novos padrões de casas. Os menos abastados não tinham acesso a algumas transformações, mas isso também não significa que não compartilhavam de valores e de signos trazidos com as mudanças arregimentadas. Pensar a revista *Flor de Liz* é sentir as alterações e os posicionamentos de uma elite que em muito mantinha resistência e lutava para que certas mudanças não fossem agenciadas, mudanças essas que alterassem os comportamentos, em especial das mulheres.

Susan Besse (1999), em *“Modernizando a desigualdade”*, apresenta como o processo de modernização foi capaz de reincorporar a ideologia de gênero ao modo que muitas mulheres avançavam espaços que até então não lhes era próprio, segundo os princípios patriarcais. Deste modo, ela apresenta como a modernidade foi capaz de resignificar uma ideologia de gênero mediante o acesso às mudanças comportamentais das mulheres, que vivenciavam outros espaços e papéis sociais.

Não obstante, os modernizadores que buscavam o “progresso econômico e profissional”, livrando do atraso e mantendo a ordem social, preocuparam-se com as alterações, em especial do comportamento feminino, e passaram a lutar por uma “regeneração da família”, deste modo

[...] Casamento, sexualidade, maternidade e educação feminina assumiam, aos seus olhos, enorme importância. Ao mesmo tempo os

intelectuais urbanos mais conservadores colocavam sua energia na revitalização do catolicismo como poderosa força de reação para deter a maré crescente das teorias científicas moderna (BESSE, 1999, p. 3).

Esse cuidado também é observado na cidade de Cajazeiras através dos discursos juristas, sanitaristas, de médicos, educadores e, não hesitante, nos impressos que circulavam na cidade.

No decorrer do caminho percorrido, podemos, a partir dos sujeitos que vivenciaram o início do século XX, problematizar o contexto sociocultural no qual eram empreendidas as relações amorosas em Cajazeiras-PB, os discursos que circulavam, o agenciamento de papéis sociais e as transformações que a cidade estava passando. Não longe disso, pensamos esse momento por uma história do sensível, uma vez que os sentimentos e sentidos alteravam-se e constituíam-se de igual modo com as transformações e novidades que chegavam à cidade.

Assim, as transgressões e as formas de apropriações pelos sujeitos, como também o anseio em compartilhar os valores que eram disseminados, foram discutidos e problematizados neste capítulo, os sujeitos, em especial as mulheres, tinham conhecimento das normas e das boas condutas que circulavam, e embora não pudessem se inserir na lógica, podiam utilizar de outros meios e estratégias para que assim pudessem vivenciá-las.

Como afirma Certeau (1994), apesar da rede de vigilância, uma sociedade inteira não se reduz a ela, pois existem outros procedimentos populares que jogam com estes mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los.

É nesse sentido que Certeau (1994) nos mostra como os sujeitos são capazes de recriar estratégias para driblar o que lhes é imposto, com táticas sutis, silenciosas e camufladas. É a partir dessa afirmativa que pensamos as mulheres das histórias de amor que recorreram à justiça a fim que seus problemas fossem resolvidos. Deste modo, o contexto que as meninas vivenciaram as suas histórias de amor é um momento bastante complexo não apenas pela série de novidades e discursos, mas pelos sentidos que são empreendidos, na vivência dessas relações.

CAPÍTULO II

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO AMOR: SENSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES AMOROSAS

2.1. Amor e Sensibilidade

[...] amamos ideologicamente como fazemos filmes; escrevemos livros; viajamos; cozinhamos; divertimo-nos; trabalhamos; rezamos ou filosofamos. Isso não torna o amor irrelevante, torna-o apenas humano, perfeitamente humano (COSTA, 1998).

Ah, o amor! Talvez seja o sentimento mais discutido, compartilhado e representado em nossa sociedade. Dentre as mais distintas formas postas a esse sentimento, me desafiei a escrever sobre aquele afeto que arrebatou os corações, que causa felicidade e sofrimento. O amor que restringe, que limita, e que se tem. O amor em suas contradições, o amor vago e imensurável que arrebatou a vida de homens e mulheres.

Falar de amor e também de sensibilidade não é fácil, principalmente quando estamos nos remetendo à experiência do outro, aos sentidos de um tempo o qual não pertencemos. Novelas, romances, músicas, propagandas e redes sociais, entre outras coisas, disseminam e idealizam o amor. Quem nunca desejou um amor de novela ou filme? Não se emocionou ao ver um final feliz de um casal? Quem nunca se identificou com uma canção ou almejou viver os versos desta? Nas redes sociais, então, todos os dias visualizamos mensagens. Não é por acaso que estamos a falar de um dos sentimentos mais desejados e comentados. Atualmente, falamos em amor com tanta ênfase que ousa afirmar que este é o sentimento que mais impulsiona as pessoas, é como se amor e felicidade estivessem atrelados e imbricados um ao outro.

O amor desejo, o amor companheiro, o amor completude, tantos adjetivos e tantos significados foram elaborados. Filósofos, Psicólogos, entre especialistas de outras áreas, buscaram compreendê-lo, descrevê-lo, imaginá-lo e sublinhá-lo. Contudo, nós historiadores podemos problematizar um sentimento que “não deixa restos, fósseis, marcas”? (PRIORE, 2011), pelo menos não da maneira que gostaríamos. Em meio a

isso, seria possível nos aproximarmos desse amor? Seria possível imaginar como essa experiência foi vivida por homens e mulheres em outro momento? Sabemos que o ideal de amor que hoje sentimos e imaginamos não é o mesmo que pessoas de outro tempo compartilharam. Analisar as formas de amar apenas de acordo com a nossa experiência é, assim, uma incoerência? Um erro de alteridade? Deste modo, como seria possível falar do amor?

A história do sensível poderia ser uma dessas possibilidades. Durante muito tempo, pensar o campo do sensível não foi possível para muitas historiadoras e historiadores, as subjetividades não estavam a critério de estudos e análises, pois essas se inscreviam em uma experiência muito pessoal. Segundo Pesavento (2004), com o advento da História Cultural a partir da década de 1970, tornou-se presumível uma ampliação do campo de estudo e também das fontes, tornando-se assim admissível para os historiadores trabalharem o campo do subjetivo.

Reviver as experiências sensíveis de uma época não nos parece ser possível, já que o sentimento está permeado por uma série de questões, entre elas o contexto espacial e temporal. Ao pensar as histórias que são traçadas nos documentos que analisamos, percebemos também a impossibilidade de descrever ou de narrar o que essas pessoas sentiram, mas é possível, com base nas formas de amar e sentir que eram compartilhadas e representadas, criar possibilidades de recriar essas histórias.

Para Frédérique Langue (2007), a história das sensibilidades possibilita ainda fazer uma história da resistência e da alteridade, pois além de poder falar daqueles momentos e sensações que não são iguais aos que hoje sentimos e vivemos, permite também nos aproximar daqueles que por muito tempo foram excluídos da história, foram silenciados, homens e mulheres “comuns”, que foram deixados à margem da sociedade.

Em uma entrevista que se intitula “*Alan Corbin – o prazer do historiador*” (2005), ele discute que muito se imaginou que a história da intimidade e da sensibilidade só seria possível para uma elite, uma vez que esta seria detentora de escritos como diários, cartas e documentos que possibilitariam que historiadores chegassem o mais próximo dos sentimentos e de uma escrita de si. Alain Corbin, desafiado e instigado a escrever uma história do sensível que se distanciasse da elite, analisou a vida de um sapateiro que nenhum documento deixara para além de um

registro civil e pouquíssimas informações. Que metodologia o pesquisador escolhe para isso? A câmera subjetiva.

Corbin (2005) consegue se aproximar do passado desse personagem e dos sentimentos vivenciados por este, entrelaçando informações, buscando em outros documentos as possibilidades de se falar sobre alguém de que se tinha pouca coisa, se aproximando, todavia, dos possíveis discursos e sentimentos que este sujeito poderia ter vivenciado. Mostrando, deste modo, ser possível de constituir uma história dos sentimentos e também da resistência, colocando em análise personagens comuns que em muito foram esquecidos.

Pesavento (2007) também chama a atenção ao alertar o cuidado ao trabalhar com o campo do sensível:

As sensibilidades são sutis, difíceis de capturar, pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos. Mais do que outras questões a serem buscadas no passado, elas evidenciam que o trabalho da história envolve sempre uma diferença no tempo, uma estrangeiridade com relação ao que se passou por fora da experiência do vivido (PESAVENTO, 2007, p. 15).

Para a autora, o entendimento da sensibilidade se dá como outra forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico. As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social.

O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo (PESAVENTO, 2007).

Ainda segundo a autora, a preocupação com as sensibilidades na História Cultural trouxe para os domínios da História a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador. É a partir da experiência histórica pessoal que se analisa emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos.

Mesmo sendo as sensibilidades uma “leitura da alma”, ou seja, uma experiência única, não significa que ela seja intransferível; neste sentido, “ela pode ser também compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica”, como nos lembra Pesavento (2007).

É neste sentido que a partir das sensibilidades problematizaremos os modos de sentir de homens e mulheres que se envolveram nos chamados crimes de amor. Mais uma vez reforçamos que trabalhar com a história das sensibilidades não é tentar sentir ou reviver os sentimentos passados de outrem, mas tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de outro tempo pelos rastros que deixou⁶. Optamos, assim, por trabalhar no campo do que atualmente se denomina História das Sensibilidades, uma vez que pretendemos discutir as diversas formas de amar de homens e mulheres presentes nos crimes de amor. Então, que amor é esse? E como este se inscreve? De acordo com Maria Bueno Trigo (1989, p. 92),

[...] O amor de cada indivíduo está referido a sua época, à cultura de seu grupo social, e só essas referências poderão instrumentá-lo na expressão do seu amor, vale dizer, as pulsões individuais só podem se realizar tomando formas próprias de determinada cultura: só podem ser perceptíveis através da palavra e das imagens que essa cultura oferece.

Se o amor é um sentimento construído a partir de cada local, tempo e cultura, intentaremos discutir o ideal de amor que circulava no início do século XX, pensaremos as suas transformações nas relações e os moldes pelos quais essas relações estavam sendo vivenciadas em Cajazeiras-PB; pensar o amor nesse sentido é entender o seu lugar social, cultural e de atuação.

De acordo com Alzira de Castro Rodrigues (2014), o início do século XX foi responsável por uma série de alterações nos moldes como se davam as relações amorosas. Vejamos:

O início dos anos XX assinala um período de profundas transformações, não estamos falando aqui de uma ruptura em si, mas

⁶ Natalie Davis, ao escrever o retorno de Martin Guerre, também discute a possibilidade de conhecer algo da experiência de pessoas que viveram, sentiram, mas que ficaram perdidas nas brumas do passado. Natalie Davis, não ficou apenas na produção historiográfica, também investiu e participou da produção cinematográfica. A experiência de poder reconstruir os sentimentos dos personagens na figura de cada autor possibilitou ainda mais reconhecer esses personagens como pessoas “reais”.

de um momento de transição entre estruturas e percepção do mundo ergue-se a coro à emancipação do amor, que aliado aos aparatos de comunicação, auxiliava a difusão de ideias voltadas para o amor romântico. Os cinemas, periódicos e folhetins. Correspondem bem a essa paisagem, ao irradiar temas voltados à valorização do amor, ainda que muitos implicassem com um tom conservador em seus discursos (RODRIGUES, 2014, p. 7).

Bueno Trigo (1989) também discute essas mudanças, para a autora, a passagem do século XIX para o XX colocou em discussão a ideia do indivíduo, possibilitando maior liberdade aos sujeitos, essas mudanças acabaram que interferido na família e no modo como se davam os casamentos. Essa percepção de ideias não rompeu com os antigos costumes vivenciados, mas fora responsável por redirecionar o modo como as relações eram acionadas, originando algumas rupturas e descontinuidades.

Nesse ponto de vista, o amor, em seu sentido romântico, é posto em discussão. Questões como a livre escolha do parceiro e o amor enquanto base de montagem dos relacionamentos proporcionaram contestações à lógica com a qual os relacionamentos eram montados. Como exemplo, os fortes interesses familiares que ainda continuam a exercer grandes influências nas escolhas amorosas dos casais.

A assentada crise que a família estava enfrentando na transição dos séculos XIX e XX estava entre os mais graves perigos da sociedade, e na tentativa de manutenção dessa importante instituição, instaurou-se um amplo debate entre progressistas e conservadores. Tratou-se de grupos elitistas que não defendiam mudanças estruturais, mas sim um redirecionamento dos códigos, valores e condutas – enquanto uns sentiam a urgente necessidade de conduzir as discussões por norteações higiênicas, pautadas na ciência, abrindo espaço para algumas transformações com a inserção do amor na montagem dos relacionamentos, os mais conservadores insistiam na manutenção dos antigos costumes, travando assim um embate. Para tanto, causar uma ruptura com a moral disseminada não era a intenção, ambos concordavam que se necessitava de meios que possibilitassem uniões mais fortes e assim a conservação dos casamentos. O que ocorre é um redirecionamento das discussões, o que não impede de surgirem contestações e transformações (BESSA, 1999).

O amor, enquanto base e sedimentação, mostrou-se como um importante agente na manutenção desses laços, e não foi em vão que o Estado posicionou os seus olhares para os relacionamentos e casamentos. Assim, "a intimidade e o amor e não os

interesses econômicos ou restrições sociais eram encarados como as únicas bases possíveis e legítimas para garantir a estabilidade dos casamentos modernos” (BESSE, 1999, p. 65).

Inúmeros discursos ainda davam conta dos cuidados que se devia ter com o corpo e, em especial, com a sexualidade feminina, indicando os moldes com os quais os relacionamentos seriam conduzidos. Assim, emergia um cuidado maior com as relações amorosas e também com o amor. Como já indicamos, o Estado e algumas instituições (como a jurídica) tomaram para si a tutela dessas relações na tentativa de construir uma família nos preceitos higiênicos e de uma sociedade harmônica.

De acordo com Fonseca (2011), existia uma receita ideal para ser mulher, assim como também para casar e constituir família. Vejamos:

A receita para a mulher ideal envolvia uma mistura de imagens: a mãe-piedosa da igreja, a mãe-educadora do Estado positivista, a esposa companheira do aparato médico-higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher. Para a mulher ser “honesta”, devia se casar; não havia outra alternativa. E para casar, era teoricamente preciso ser virgem. O próprio Código Civil previa a nulidade do casamento quando constatada pelo marido a não virgindade da noiva (FONSECA, 2011, p. 528).

Freire (1998), em “*Sem fraude nem favor*”, aponta algumas suposições que levaram o amor a se tornar o centro das relações na passagem dos séculos.

Podemos pensar que a perda de interesse pela vida pública, praticamente reduzida a questões de mercado, provocou um enorme retraimento dos sujeitos para a vida privada, com a conseqüente exaltação das expectativas amorosas. Podemos também supor que a liberação e a emancipação das chamadas minorias sexuais trouxe para muitos a esperança de realização amorosa, aumentando assim o investimento afetivo no ideal do amor. Podemos enfim imaginar que sem a força dos meios tradicionais de doação - família, religião, pertencimento político, pertencimento nacional, segurança de trabalho, apreço pela intimidade, regras mais estritas de pudor, moral, preconceitos sexuais, códigos mais rígidos de satisfação sensual etc. -, restou aos indivíduos a identidade amorosa, derradeiro abrigo num mundo pobre de Ideais de Eu (FREIRE, 1998).

As suposições apontadas por Freire (1998), juntamente com as transformações moralistas, físicas e urbanísticas as quais as cidades estavam atravessando, nos orientam

a problematizar os novos sentidos que estão sendo empreendidos. Para entender o amor e as relações amorosas em Cajazeiras, pensaremos alguns casos que especificamente nos encaminham a perceber as relações a partir das diferenças socioeconômicas, analisando como os discursos presentes ajudam a perceber um ideal de amor e de relação e as possibilidades apresentadas, mediante as práticas dos personagens. Não esquecendo, também, os discursos presentes nessas histórias, por exemplo, o que testemunhas, advogados e juízes acionavam em suas falas sobre essas relações.

De igual modo, problematizaremos a pluralidade com que essas relações eram compostas. Para os discursos oficiais não existia amor se não fosse para constituir uma família. Contudo, entendemos os relacionamentos como circunspectos de múltiplas e distintas formas, se constituindo de diferentes modos e sentidos – as relações cotidianas demonstram os diversos mecanismos empreendidos para as vivências amorosas, assim como aponta Samara (1987, p. 32-33 *apud* FONSECA, 2011, p. 512-513):

Ao nosso entender, uma análise da família brasileira deve levar em conta [...] a questão conceitual, o uso do termo “família”, a pluralidade de organização e a própria representatividade do casamento que, ao que tudo indica, era uma opção para apenas uma parcela da população. Terá, portanto, o pesquisador que se defrontar com esses problemas, bem como a questão da bastardia, dos concubinatos e das uniões esporádicas que revelam imagens bem mais realistas do comportamento e do modo de vida da população no passado. A oposição de imagens é evidente de um lado o casamento, a moral e a própria submissão e a castidade da mulher, do outro o alto índice de ilegitimidade, a falta de casamentos e a insatisfação feminina.

Essa pluralidade posta aos relacionamentos e às dinâmicas de montagens agenciadas que acima estão sendo discutidas é pensada nesse trabalho como possíveis meios de organização dos relacionamentos desenvolvidos na cidade de Cajazeiras. Adentremos deste modo ao campo das relações.

2.2. O amor e as dinâmicas sociais

Nos idos de 20 e 30 na cidade de Cajazeiras, algumas histórias trilhadas nos fazem repensar o modo como se constituem os relacionamentos, o amor e também as diferenças sociais. Francisca e Raimunda são personagens que vivenciaram relações que

em muito se diferenciavam da concepção de moral imposta, as relações interpostas a essas personagens eram recheadas de interesses.

Suas histórias têm algo incomum: são mulheres pobres que se envolveram em relacionamentos que abrangiam diferenças socioeconômicas, mantendo relações com homens de poder aquisitivo maior que os seus. Mulheres que em suas dinamicidades agenciavam outros mecanismos e interesses para os seus relacionamentos, estando para além da moralidade oficial. As subversões agenciadas em suas práticas, como o envolvimento com homens casados e em concubinatos, nos fazem perceber a multiplicidade de dinâmicas existentes para as distintas relações.

Pensamos cada história e cada relacionamento enfatizando as particularidades. Neste sentido, refletiremos cada caso em suas especificidades e singularidades. No capítulo anterior, descrevemos um pouco da história de Francisca e Raimunda. A partir das suas histórias problematizaremos os seus relacionamentos e as contradições e diversidades em suas práticas cotidianas.

São muitas as questões que surgem. Para tanto, refletiremos, neste momento, sobre a condição social e o amor, sobre ser mulher, ser pobre e se envolver com homens de poder aquisitivo maior que os seus. São questões como: quais possíveis mecanismos foram acionados por esses sujeitos? Quais discursos surgiram em um relacionamento em que as diferenças socioeconômicas eram presentes? E que moralidade era vivenciada pelos personagens dos “crimes de amor” em Cajazeiras-PB nas primeiras décadas do século XX?

Sabemos que as experiências são múltiplas e que não existia apenas um modo de amar e que em muito as pessoas criavam lógicas para vivenciarem as suas relações, entendemos também que as relações são recheadas de interesses e de estratégias e que os sujeitos não eram indiferentes ao que acontecia.

Com isso, nos orientamos na perspectiva de Certeau (1994), que nos permite trabalhar com a polifonia desses documentos atentando para as escolhas e discursos dos sujeitos envolvidos nos casos analisados, principalmente para os que se utilizaram das artes de fazer. Muitos trabalhos, ao se debruçarem sobre os “populares” e ao utilizarem determinadas documentações, como a judicial, enfocaram o discurso disciplinarizador das instituições. Mas Certeau (1994), ao analisar a linguagem ordinária, enfatiza a capacidade de tornar as narrativas disciplinadoras vulneráveis, pois o significado que é

dado à determinada linguagem depende do uso que se faz dela. É nesse sentido que analisaremos a documentação elencada. Problematizemos então as histórias.

Retomemos ao caso de Francisca, que em 1937 abriu um processo juntamente com sua mãe contra o senhor Sebastião Nobre, popularmente conhecido por Poty, acusando-o de ser o responsável por seu defloramento, um homem já casado e que a mantinha economicamente. Vejamos o que Francisca declara:

[...] que em maio deste anno não precisando o dia o individuo Sebastião Nobre vulgo "Poty", as caladas da noite entrou em seu quarto de dormida e alli forçou-a a ter relações sexuais; [...] que o mesmo dormia em um apartamento da mesma casa mas que o mesmo apartamento servia de divisão que no dia seguinte ella interrogada, este elle disse-lhe que pretendia cazar. Ella sabendo que elle era casado perguntou como poderia se realizar tal promessa o que foi por elle dito que já estava certo pelo juiz e pelo padre da freguesia que não havia impedimento; que ella interrogada com medo de que elle visse faltar o seu compromisso aguardou-se para o ultimo momento que foi hoje, quando juntamente procurou fazer declaração desagradáveis, que deixou transparecer não mais querer cazar deixando-a abandonada [...] (PROCESSO-CRIME, n. 16 de 1937).

No decorrer do caso percebemos que estes mantiveram um relacionamento amoroso antes da abertura do processo. Rosa Gomes, mãe de Francisca, afirma que sabia do envolvimento e também da existência de promessa de casamento, mesmo ela já sabendo que Sebastião Nobre, Poty, era casado. Segue fala de Rosa Gomes:

[...] respondeu que effectivamente existia namoro do Sebastião Nobre vulgo "poty", onde janeiro do corrente anno, quando justamente elle pedia a sua filha Francisca Gomes em casamento, mas que ella não deu, por saber que elle era casado; Que elle continuou a namorando, offerecendo casa para sua moradia e como ella depoente necessitava aceitou; Que Sebastião Nobre residia em um apartamento da dita casa e ali dormia; Que nunca observou qualquer coisa de anormal por confiar tanto em sua filha como nelle proprio porque de um homem sucede porem, que no dia seis do corrente anno elle Sebastião Nobre, discutindo com ella depoente e uma sua filha de nome Lina revelou de publico algumas palavras que deixam transparecer a sua cumplicidade, comprometendo a duvida da honra a sua filha Francisca Gomes, assim sendo a depoente ordenou a sua filha que fosse á casa do delegado de policia e ali narrasse o que estava se passando e pedisse-lhe as providencias necessárias pra o caso; Que pondo a sua filha Francisca Gomes debaixo de confissão esta declarou ter sido offendida por Sebastião Nobre vulgo "Poty" em dias do mez de maio do corrente anno [...] (PROCESSO-CRIME, n. 16 de 1937).

Percebemos que o relacionamento não só exista como também Poty morava na mesma casa em que Francisca, paga por ele, e depois de cinco meses de namoro a justiça é acionada. Caufield (2000), no seu livro “*Em Defesa da Honra*”, aponta diversos motivos que poderiam impulsionar esses casos a chegarem até as delegacias:

[...] Esses conflitos pessoais iam parar nas delegacias por várias razões: porque o homem abandonara a moça depois de tê-la deflorado ou porque arranjara outra namorada; por briga de casal; porque as fofocas sobre o defloramento começavam a circular pelo bairro; porque os pais ou os patrões da jovem descobriam o ocorrido; porque o rapaz e a moça fugiam; porque a moça fugia sozinha; ou porque a jovem engravidara [...] e quase todas as moças defloradas, espontaneamente ou incitada pela polícia, afirmavam que os defloradores haviam feito promessas de casamento (CAUFIELD, 2000, p. 205-206).

No início dos anos 20, manter relações sexuais com jovens consideradas honestas e menores de 21 anos de idade era considerado crime contra a honra e a família, com sanções previstas no código penal. Diante desses preceitos e de uma moral instituída, a mulher deveria manter-se virgem até o casamento, viver sobre os olhares atentos da mãe em ambiente honesto e ordeiro, ou seja, longe de possíveis espaços e condutas que pudessem desvirtuá-la da sua pureza.

O relacionamento que Francisca vivenciou com Sebastião era muito distante daquele difundido e defendido pelo Estado, porém não era distante das inúmeras experiências vivenciadas pelas pessoas. Há de se problematizar a relação de Francisca e os possíveis mecanismos utilizados para vivenciar suas práticas amorosas e cotidianas, subvertendo normas e valores oficiais, atrelando essas discussões aos códigos morais e sociais. E quando falamos em subversão não estamos nos referindo a ir contra a uma norma ou valores instituídos. As subversões são aqui entendidas enquanto tomadas de decisões que duram apenas o momento de sua existência, cumprem com o seu objetivo e se decompõem. Aproveitam o momento oportuno em que aquele que detém o poder se distrai, abrindo brechas para outras experiências.

Partimos do pressuposto que Francisca, sua mãe e família, provavelmente conheciam os valores e o que era instituído, mas isso não as impossibilitava de empreender outras práticas quando melhor lhes conviesse e fosse interessante, a

exemplo, manter relacionamento com um homem casado. Do mesmo modo, nada as impedia de também acionar esses mesmos valores em seu benefício, recorrer até à justiça para que o desvirginamento de Francisca fosse resolvido; como já analisamos, não era algo incomum os relacionamentos informais, pelo contrário, o concubinato era até mesmo reconhecido em determinados grupos sociais como uma relação estável. Nesse caso, o fato de Poty ser casado não era um impedimento maior para a efetivação do relacionamento. Então, o que fez a mãe e a filha acionarem a justiça? Talvez Poty tenha rompido o trato de pagar o aluguel e ajudar financeiramente a família, deixando Francisca em uma situação desfavorável já que todos sabiam desse relacionamento.

É importante analisar esse caso com cuidado, pois em um primeiro momento poderíamos ser acusados de estar atribuindo a esse relacionamento apenas interesses financeiros. Como já apontamos, os sentimentos, inclusive os amorosos, partem de um lugar cultural, também permeado por diversos interesses. Analisando os indivíduos envolvidos, percebemos que Francisca era uma moça pobre, a mãe era viúva, trabalhava fora para manter a ela e aos seus irmãos, não podendo assim seguir o ideal de mãe educadora e vigilante, além disso, a mesma tinha um relacionamento informal com outro homem. Todas essas experiências fazem de Francisca, perante a justiça, uma mulher suspeitável. No entanto, no cotidiano, essas relações não eram incomuns, e o fato dela não poder vivenciar os valores morais instituídos não significa que essa moralidade não fizesse parte da sua vida, pois como podemos perceber, Francisca e sua mãe acionam a justiça para fazer valer esses códigos e regras.

Os vizinhos, logicamente, podiam notar a relação, como também o fato de Sebastião Nobre frequentar assiduamente a casa e prover para Francisca e sua família. Cajazeiras era uma cidade pequena, ainda em desenvolvimento, é bastante improvável que os vizinhos e pessoas próximas não notassem a relação estabelecida ali.

Cláudia Fonseca (2011), ao analisar processos de disputas de guardas no início do século XX no Rio de Janeiro, faz uma análise das mulheres que acionavam a justiça na luta pela tutela dos seus filhos, tratando de mulheres “populares” que por separação, abandono ou por viverem amasiadas perderam ou sofreram processo por parte do pai da criança. A vida dessas mulheres “populares”, assim com as personagens dessas histórias, foram esquadrinhadas e colocadas em debate. Para tanto, em sua análise ela

parte do pressuposto de que as dinamicidades nas quais as mulheres e as famílias se formavam eram frutos do seu espaço sociocultural.

[...] O nosso enfoque procura mostrá-la como um sujeito social com comportamento semelhante ao de muitas outras de sua condição socioeconômica; uma mulher que tinha práticas não somente lógicas, mas também compreendidas e até aceitas como ‘normais’ por uma boa parte de seus vizinhos (FONSECA, 2011, p. 513).

Fonseca (2011), em sua análise, pressupõe que as práticas agenciadas pelas mulheres “populares” eram comuns ao meio em que essas viviam, assim como também eram em muito compartilhadas por vizinhos que, talvez por estarem inseridos no mesmo meio, pudessem compartilhar desses valores.

Assim, também notamos que os vizinhos de Francisca e Rosa não estavam tão afastados dos valores que essas compartilhavam, obviamente muitos podiam não concordar com o comportamento dessas personagens, como podemos visualizar nos depoimentos. É tanto que as testemunhas de acusação sabiam descrever perfeitamente uma conduta comprometedora de Francisca e também de sua mãe, sublinhadas por vivenciarem um comportamento indisciplinar perante a moral defendida. Testemunhas e advogados colocam em ênfase o seu comportamento e a liberdade por essas exercida, descrevendo-as como “sem moral” e de “má conduta”.

O fato de Rosa, mãe de Francisca, se envolver com outro homem mesmo após viúva ser colocado em ênfase é uma estratégia para demonstrar que uma mulher que já vivia em amasiamento não tinha estirpe, nem muito menos condições de bem educar a filha, sendo, deste modo, uma família desestruturada e “sem moral”. Vejamos o que a testemunha Manuel Alves declara sobre a conduta de Rosa Gomes:

[...] Ouviu falar que a mãe da ofendida era uma mulher de vida irregular e que vivia em samba para onde conduzia também as suas filhas, e que viveu durante tempos amasiada com um soldado de quem teve um filho (PROCESSO-CRIME, n. 16 de 1937).

A fala da testemunha Manuel demonstra condenação ao comportamento de Rosa Gomes e também de sua filha, na percepção da sua fala notamos que os comportamentos destas não deveriam ser aceitos perante o reprovável comportamento que estas tinham.

Isso não significa dizer que esses sujeitos, ao dizer isso, estavam afirmando a verdade ou até mesmo que acreditassem nessas condutas morais como determinantes, mas sabiam que dessa forma estariam ajudando Sebastião Nobre a se ver livre da acusação, isso sem falar na ênfase que era dada sobre a liberdade que Francisca e sua mãe tinham para circular nos espaços públicos e também em sambas.

De acordo com Fonseca (2011, p. 517),

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa se ocupando dos afazeres domésticos enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite.

Podemos, mediante isso, perceber que, em regra, as instituições representadas por determinados grupos sociais não pensavam os lugares daqueles sujeitos que estavam longe da realidade das pessoas que viviam na elite, tendo em vista que os valores ora normatizados não eram de igual modo vivenciados por aquelas mulheres que tinham que trabalhar fora, pelas mulheres que muitas vezes não podiam casar por não terem condições financeiras suficientes, ou até mesmo constituir família perante a moral oficial. Essas questões nos fazem perceber a pluralidade de possibilidades em vivenciar um relacionamento.

Cajazeiras, como podemos visualizar durante a transição dos séculos, continuou a ser uma sociedade fortemente católica e defensora dos “bons costumes”, pois mesmo que os novos valores trazidos com a adentrada de aparatos como o cinema, o trem, jornais e revistas tenham resignificado e produzido novas sensações e comportamentos, não proporcionaram uma ruptura quanto aos antigos valores e ensinamentos difundidos pela religião. Estes continuaram a existir e pressupor ideais a serem seguidos e também defendidos. Isso não nos impede, entretanto, de estimar outras possibilidades e formas de apropriações e vivências para além das difundidas por essa instituição.

Francisca, diante da situação que vivia, talvez percebesse em Sebastião Nobre segurança e conforto frente à instabilidade econômica em que vivia. Sebastião Nobre era mais velho que Francisca, comerciante, tinha uma vida estável, embora fosse casado e já mantivesse uma família, auxiliava-a dando suporte, pagando aluguel da casa em que morava. Notamos que existiam interesses, o que não significa que a relação era

permeada apenas por eles. No entanto, como estamos fortemente envolvidos pela ideia de amor romântico, corremos o risco de situar esses interesses de forma negativa.

O próprio Sebastião Nobre explicita em sua fala a vontade em ajudar Francisca em seu depoimento, mesmo este se negando ser o autor do desvirginamento:

[...] respondeu que chegando elle aqui nesta cidade no anno de 1935 procurou a enamorar-se com dona Francisca Gomes residente nessa época no alto do cabellão desta cidade com o fim de casar-se na igreja por já ser casado civilmente por isso mesmo, não foi possível devido já haver os dispositivos da nova lei que o impedia casar-se na igreja; que tudo fez para que pudesse amparar a referida moça a quem fez gastos avultadissimos botando-a com a sua família em uma casa onde ainda hoje residem (PROCESSO-CRIME, n. 16 de 1937).

A fala do acusado nos ajuda a refletir sobre essa relação de Francisca com Sebastião Nobre. Praticamente em todas as falas percebemos a ajuda financeira que era dada à família de Francisca, custeada por Poty. Isso nos faz supor que a mãe aceitava essa relação para tirar proveito. No entanto, como já analisamos, uniões informais não eram algo impossível de acontecer. Logo, mais do que interesses financeiros estaria em jogo a possibilidade da construção de uma relação amorosa firme e duradoura também baseada pela possibilidade de uma vida material melhor.

O fato de todos saberem que Sebastião era um homem casado não parece ser um impedimento, no entanto, quando todos estão diante da justiça reconhecem que não seria possível um relacionamento sendo ele já casado. Isso não significa dizer que as pessoas fingiam que os valores morais importavam para elas, acreditamos que os mesmos eram considerados importantes e até desejados, mas, na impossibilidade de serem vivenciados integralmente, existiriam outras maneiras, subversões em que as relações amorosas eram apropriadas pelos indivíduos envolvidos.

O desenrolar desse caso é bastante interessante, pois Francisca volta atrás na denúncia e acusa outro homem pelo seu defloramento, afirmando ter sido obrigada por sua mãe a acusar Poty, como ela afirma:

[...] respondeu que foi a delegacia a mandado da sua mãe Rosa Gomes e Lina Gomes sua irmã, e ali accusou Sebastião Nobre por determinação da mesma sua mãe porque o mesmo tinha recursos. Perguntado quem tinha sido o auctor do seu defloramento? Respondeu que o seu offensor foi Francisco Fama em novembro do anno passado

na rua do alto cabellão isto é rua Bello horizonte, onde residia sua mãe naquelle tempo. Se depois sua mãe veio morar em uma casa na rua padre José Tomaz [...] a casa de Sebastião Nobre? Respondeu que sim sendo a mesma duas portas para o estabelecimento de Sebastião Nobre ha quanto se sabe se Sebastião Nobre prometeu uma recompensa a Francisco fama para casar-se com ella? Respondeu que não sabe, sabe apenas que Sebastião Nobre lhe prometeu dar uma maquina de costura. Se depois que Francisco Fama offendeu a ella retirou-se desta cidade? Respondeu que o mesmo havia se retirado para Boqueirão, e que sempre frequentava a casa de sua mãe (PROCESSO-CRIME, n. 16 de 1937).

Deste modo, após Sebastião Nobre ser inocentado, Francisca e sua família passam a ser vistas pela justiça como mulheres aproveitadoras e oportunistas que utilizaram do recurso daquela instituição para se darem bem na vida. Como aponta Alcides Rolim, procurador, que utilizando do discurso da justiça colocou a ênfase no oportunismo de Francisca e sua mãe:

[...] especular com a sua propria desonra, apontando outrem na esperança de obter desejado lucro, como ensina [...] não foi outra cousa o que se verifica no presente caso: o interesse foi o movel unico que levou a mãe da ofendida atribuir a Sebastião Nobre uma falta praticada por um terceiro com o fim de tirar proveito e mercantilar com a propria filha. São palavras de Framarino: s"sucede das vezes que a ofendida não inventa o delito e sim o delinquente tal é o caso de sua queixa de estupro". A vitima sabe que nada pôde receber do verdadeiro estuprador, que é um pobre diabo; decide-se então especular com a sua propria desonra, acusando um rico, na esperança de obter o desejado lucro". as declarações da ofendida devem ser recebidas com prudencia, e reserva pelo juiz, acrescenta Viveiros de Castro (PROCESSO-CRIME, n. 16 de 1937).

Assim, essas mulheres passaram a ser mal vistas perante a moral e os bons costumes. Entre tantas versões, Francisca não era mais considerada seduzida, pois a mesma voltara atrás nas suas acusações, afirmando ser a sua mãe, Rosa Gomes, responsável por arquitetar tudo para se dar bem.

Contudo, Francisca não era a única a vivenciar relações distintas das quais era normatizada. Raimunda, como bem apresentamos no capítulo anterior, também compartilhou de sentidos muito próximos ao de Francisca e de tantas outras mulheres que vivenciaram condições semelhantes à sua.

No ano de 1932, Raimunda Paulino, com dezessete anos de idade, saiu da sua cidade natal, Aurora, no Ceará, com seu pai e uma irmã. Fugindo da pobreza e da fome,

chegaram a Cajazeiras apenas de passagem, pois seguiriam viagem para o Pará em busca de melhores condições de vida. No entanto, ao chegarem em Cajazeiras, tiveram suas passagens canceladas, e sem ter como sobreviver nem possibilidades de seu pai a manter, Raimunda foi trabalhar como doméstica na casa de Lima, um comerciante de boa posição social. Ao que consta nos autos, logo após ir trabalhar como empregada doméstica na casa do senhor Lima, o mesmo desenvolveu uma relação com Raimunda. Visualizemos o que Raimunda afirma:

[...] respondeu que estando em casa do senhor Lima empregado na Pernambucana desta cidade por ter sido convidado pelo mesmo para ajudar a fazer as refeições diárias; Que no dia de sabado deste mes entrando aquele no seu quarto chamou-a e lhe explicou que queria ter relações carnaes que ella procedeu sem muita relutancia, por lhe ter promettido não lhe abandonar [...] respondeu que acossada pela fome acompanhada de seu pai e uma irmã vinheram com destino ao Pará não embarcando por terem sido suspensas as passagens. A começo vivia do trabalho do seu pae e de seu irmão pequeno, depois inscreveu-se na cruz vermelha onde tirava o sustento diario para sua manuntenção e de sua irmã, tendo deixado de retirar viveres na comissão pra estar se alimentando bem em casa do senhor Lima que o mesmo lhe deu dois vestidos um par de alpercatas, dois metros de manvapatão [...] (PROCESSO-CRIME, n. 168 de 1932).

O desenrolar dessa história se dá quando o pai de Raimunda, ao saber do ocorrido por um amigo de Lima, recorre até a justiça para que a honra de sua filha seja lavada. De acordo com a versão de Raimunda, ela foi seduzida pelas palavras de Lima, que prometeu que se ela mantivesse relações com ele jamais a abandonaria, dando-lhe ainda presentes como roupas e sandálias. Raimunda utiliza esses objetos como meios para sua sedução. A sua história de vida nos faz pressupor que esses simples objetos para ela seriam de difícil alcance, sendo artefatos de desejos já que nas suas condições não teria como adquiri-los.

Não estamos aqui a julgar se de fato essa versão de Raimunda é verdadeira, mesmo sendo negada por Lima e também, aos fins de fato, negada por Raimunda, que volta atrás na sua versão e nega ter sido Lima o culpado do seu desvirginamento.

As implicações dessa história são muitas. Segundo Caulfield (2000), nos casos pesquisados por ela no Rio de Janeiro, nenhum dos 19 patrões acusados de crime sexual contra empregadas domésticas foi condenado. Ainda segundo a autora, o pequeno número de queixas contra os patrões parece referir-se à nítida desqualificação dos

depoimentos das empregadas junto à justiça. Já em 1898, Viveiros de Castro alertava os juízes para não acreditarem em tudo que as empregadas falavam, pois era questionável se elas acreditavam de fato na promessa de casamento de um patrão, principalmente se este fosse de elevada classe social (CAULFIELD, 2000, p. 296).

Raimunda, por ser pobre e necessitar do trabalho para o seu sustento, foi diante da justiça esquadrihada por uma moral que em muito não pensava o seu lugar e as condições nas quais ela vivia. A rua era vista como espaço de desvios e tentações, uma boa mulher não deveria andar sozinha, nem exercer certas liberdades. Ora, Raimunda andava sozinha pela cidade de Cajazeiras, trabalhava na casa de um homem sem ter vigilância alguma, perante a moral vigente ela era uma menina “despudorada”.

Marta Abreu Esteves (1989) explicita muito bem isso, quando em seu “*Meninas Perdidas*” discute que as moças que andassem sozinhas e que não vivessem sobre o olhar vigilante da mãe e em um espaço considerado higienizado pelos valores sociais higienistas, seriam mal vistas perante a sociedade.

Como afirmamos anteriormente, presentes como sandálias, vestidos e ruge, foram utilizados como prováveis meios de sedução na conquista de Raimunda e também são apresentados na fala de Elyσιο, considerado amigo vingativo de Lima, como meios possíveis para seduzir a garota. Ao testemunhar contra Lima, Elyσιο afirma que percebeu desde o princípio que as reais intenções de Lima não eram de ajudar Raimunda, mas de manter relacionamento com ela. Estes moravam na mesma república quando Elyσιο se recusou a permitir que Lima a trouxesse para morar com eles. Lima então decidiu instalar uma casa própria.

[...] que tendo feito parte da republica com o sr Fenellon desde o dia primeiro deste viu que o mesmo tratava de seduzir a offendida enviando-a a fixar rezidencia na sua casa e fornecendo-lhe roupas, pó de arrôz, ruge, escova para dente e não conseguindo colloca-la na referida republica porque ele depoente opoz se; Que viajando no dia nove ao regressar no dia 13. instalou uma casa própria visto ter quase convicção de que alli se ia commeter um crime, com o qual não podia compactuar (PROCESSO-CRIME, n. 168 de 1932).

O fato de Elyσιο prestar queixa contra o senhor Lima demonstra também a participação de outras pessoas nessas relações, como vizinhos e amigos. Os olhares estavam sempre atentos a essas relações, nos fazendo perceber como as pessoas eram

vigiadas e monitoradas. Além disso, quando uma moça pobre recorria à justiça denunciando crimes de defloração, a cidade inteira ficava sabendo, como transparece a fala de uma das testemunhas: Francisco Nóbrega, comerciante, afirma “[...] que nada sabe a não ser o que se diz pela cidade ter o senhor Lima deflorado a menor Raimunda Paulino de Sousa” (PROCESSO-CRIME, n. 168 de 1932).

Além disso, podemos perceber, tanto na fala de Raimunda como na de Elysio, o fato da pobreza e da miséria vivenciadas por Raimunda serem colocadas como ênfase e motivações para o desvirginamento. Diante dessa versão, Raimunda parece ser presa fácil das investidas de Lima, já que, diante da sua realidade, acreditou nas palavras de Lima de que poderia ser o melhor a fazer naquele momento. Elysio ainda afirma que Lima já havia arquitetado tudo, desse modo, o envolvimento com Raimunda nessa versão seria parte de um plano de um sedutor que visualizou na vítima uma chance de ter os seus desejos realizados.

Deste modo, a história que envolve esses sujeitos pode nos encaminhar para várias interpretações. A primeira talvez seja associar os sentimentos de Raimunda à sua condição social. Nesse caso, ambos poderiam pensar nessa relação enquanto espaços de interesses, o que não descarta os sentimentos e as relações de poder já que Raimunda voltou atrás de sua denúncia e assumiu ter inventado toda a história do romance.

Raimunda, diante da sua condição, poderia visualizar em Lima uma oportunidade de melhorar a sua condição de vida, pois viver aos moldes que Raimunda vivia não parecia ser nada fácil; sair da miséria, ficar estável, talvez tenham sido algumas das possibilidades pensadas por ela, que diz ter sido seduzida pelas promessas de Lima. Raimunda também poderia ter parecido, para Lima, uma menina ingênua, sendo fácil seduzi-la e colocar em prática os seus desejos, assim como aponta o seu amigo Elysio. Raimunda ainda poderia ter tentado se dar bem acusando Lima e conseguindo talvez um retorno financeiro ou um acordo, ou talvez voltar atrás no seu depoimento também poderia ter sido uma estratégia de interesse. São diversas as versões.

Por outro lado, também não é difícil imaginar que em tantas outras histórias envolvendo padrões e empregadas, o sentimento de poder e posse estejam presentes em Lima, achando ser direito dele se apropriar do corpo de Raimunda.

Essas histórias de meninas que se envolvem com patrões ou com homens que mantinham um status social um pouco maior que os seus nos levam a problematizar outras questões, como as diferenças sociais que eram presentes. Como já foi apontado muitas vezes, as falas dessas personagens não são creditadas pela justiça. Nestes dois casos apresentados, as personagens voltaram atrás em suas acusações, negando que o defloramento tenha sido cometido pelos então acusados.

Dadas as poucas chances de um resultado positivo para a vítima nesses casos, é possível que as famílias de muitas domésticas negociassem acordos com os patrões fora dos tribunais (CAUFIELD, 2000, p. 296). Isso nos ajuda a pressupor o quanto os seus comportamentos, a sua moralidade e miserabilidade também influenciavam na desvalorização das suas falas.

Não sabemos o que levou Raimunda a mudar a versão do crime ao denunciar outro homem e retirar a queixa contra o senhor Lima, afirmando ter sido influenciada ao acusá-lo, mas podemos, a partir desse caso, perceber as dinâmicas de relacionamentos existentes na formação de relacionamentos entre patrões e empregadas como vínculos possíveis.

Assim, Francisca e Raimunda poderiam ser caracterizadas pela justiça como meninas inteligentes, sagazes, astutas e capazes de usar aquilo que a sociedade mais prezava em uma mulher, a honra relacionada à virgindade, em benefício próprio. Mas será que as mesmas se apropriaram dos discursos jurídicos em seus benefícios ao acionarem a justiça? O que queremos analisar é que Francisca e Raimunda, assim como outras mulheres e homens, sabiam os valores e comportamentos partilhados pela sociedade, e que embora muitas vezes não fosse possível vivenciá-los, não significa dizer que não conheciam ou não desejassem.

Como aponta Santana (2013, p. 128) em sua tese:

Não estamos afirmando que honra e valores morais não estavam presentes entre os populares, que todos eram guiados pelo instinto de sobrevivência e só objetivavam conseguir benefícios um do outro, ou que a justiça era sempre acionada apenas quando ela poderia oferecer algo em troca. O fato de muitos indivíduos não serem casados oficialmente não significava que não comungassem valores supostamente presentes em casais formais.

Assim, poderiam existir outras formas cotidianas elaboradas por mulheres e homens. Não estamos a afirmar que estes fizessem grandes ações e que tivessem o real intuito de burlar esses lugares e regras, mas que diante de determinadas circunstâncias, poderiam recriar os espaços de experiências.

E o que dizer das suas relações afetivas e amorosas? Essas sim são o foco da nossa atenção. Como vimos anteriormente, Francisca e Raimunda não viveram uma relação romantizada, em suas falas e nos depoimentos das testemunhas, notamos interesses, oportunidades de mudança e por que não dizer de melhorar de vida? Mas então, que ideal de amor e que relações eram essas que circulavam entre as pessoas “comuns” na cidade de Cajazeiras? Associaremos essa discussão ao amor que circulava no início do século XX e problematizaremos como essas relações de gênero eram apresentadas nessas histórias. Logo, que amor era esse?

CAPÍTULO III

AS RAZÕES DO AMOR: ESCOLHAS E SENSIBILIDADES AMOROSAS

As verdades do amor são, portanto, múltiplas, nenhuma delas pode dizer o que é essencialmente o amor. O que pode acontecer e que de fato acontece é que elegemos sempre uma ou outra descrição tendo em vista o que julgamos mais desejável para nossas vidas, isto é o amor que atribuímos a um de seus constituintes (COSTA, 1998, p. 16).

3.1. Maria e Antonio Preto: o casamento que não vingou

Diz Jose Izidro de Souza morador no sitio Tambor deste districto que tendo chegado ao seu, conhecimento a noticia de que a filha de menor idade, de nome Maria Luzia da Conceição se achava deflorada, procurando informar-se da mesma lhe afirmara ser verdade, cujo facto havia sido praticado com fraude pelo sr. Raymundo Luiz morador no mesmo sitio Tambor, deste districto há três anos pouco mais ou menos foi ella deflorada pelo sobredito individuo e que somente agora chegou ao conhecimento do suplicante e como se trata de uma menor, vem o suplicante que seja responsabilidade de seu malfeitor [...] (PROCESSO-CRIME, n. 138 de 1932).

O relato que observamos acima se trata da abertura de uma queixa, realizada no dia primeiro de novembro de 1932, pelo senhor Jose Izidro, pai da menor Maria, que em uma delegacia da cidade de Cajazeiras-PB denunciou o senhor Raymundo Luiz, acusando-o de deflorar sua filha. O crime havia acontecido há três anos. Todavia, o pai de Maria só veio a descobrir poucos dias antes da abertura desta queixa. Aparentando estar inconformado com a desonra da sua filha, pede que a justiça puna o causador da “infelicidade” acometida pela mesma, que se encontrava desonrada. Mas antes de pensarmos as dinâmicas presentes nessa relação, pensemos algumas questões: quem era Maria? De qual forma se dá o enredo e o contexto desta história que vem a ocupar as páginas de um processo-crime de defloração no ano de 1932?

Maria nasceu na cidade Cajazeiras-PB, precisamente no ano de 1917, moradora da zona rural, teve uma vida “simples” e pobre. Analfabeta, não teve acesso a uma educação fora daquela que podia ser obtida em seio familiar. Quando Maria contava com doze anos de idade, decidindo caminhar sozinha numa certa tarde, foi ao baixio do

sítio Tambor. Lá foi surpreendida por um morador da mesma localidade, o qual era próximo a ela e da sua família. De acordo com o depoimento prestado por Maria, utilizando de ameaças e palavras de sedução o homem conseguiu deflorá-la, para isto não foi preciso o uso da força, talvez por medo ou receio em reagir, movida por sentimentos de culpa, de raiva e medo, ou até mesmo por questões não relatadas por ela ao efetivar o depoimento. Raymundo pediu-a segredo e recompensou-a com um cruzeiro, que ela parece ter aceitado. O que Maria não poderia contar era que essa história viria à tona e que a partir disso teria sua vida esquadrinhada, analisada e julgada por outros.

De acordo com as testemunhas e com a versão de Maria, três anos se passaram após seu defloramento e ela continuava a manter esse segredo. Ocorre que a vida da personagem junto a sua família passa por transformações, alguns fatores os levaram a mudarem de casa e de localidade, e isso acabou interferindo e promovendo novos contatos e afinidades, ou seja, outras pessoas passaram a transitar em suas vidas.

A vida para Maria e sua família não parecia estar nada fácil, ao que podemos notar em depoimentos, pois os mesmos estavam em constante mudança de localidade por conta da ausência de empregos e de renda, em consequência disso, seu pai e sua família saíram do sítio Tambor em busca de oportunidades que possibilitassem a manutenção para a família.

Operário da construção do Açude do Boqueirão, o senhor Izidro resolveu seguir com sua família para essa obra, mas antes disso, passaram pelo sítio Catolé, local onde mantiveram estadia por um tempo. É nessa localidade que Maria viveu uma reviravolta em sua vida, tomando outros rumos e sentidos.

De acordo com depoimento do senhor Carró, a pessoa de Antonio Luis, conhecido popularmente de Antonio Preto, morador da mesma localidade, se “enamora” por uma das filhas do senhor Izidro, a qual é irmã de Maria. O relacionamento veio a tornar-se realidade, e ao que consta, desenvolve-se um noivado entre eles. Antonio Preto, ao que nos parece, desejava uma esposa, uma mulher que pudesse estar ao seu lado, compartilhando da vida e dos seus planos.

O envolvimento do casal nos parece ter sido breve, mas para Antonio seria o suficiente para desejar a irmã de Maria como esposa. Não conhecemos os interesses nem o que motivou, mas sabemos que muitas das relações travadas nesse contexto

levariam em consideração alguns quesitos, por exemplo: ser um homem trabalhador e que aparentasse boas intenções eram fatores importantes ao iniciarem um envolvimento.

Entre tantas verdades ou não, Antonio Preto convida a irmã de Maria a fugir com ele, no entanto, ela não aceita. A questão que surge é: o que motivou o convite ao rapto já que o noivado parecia existir perante a família de Maria? Antonio, talvez insatisfeito diante da recusa de sua noiva, resolve propor casamento para Maria, o que nos chama atenção e nos intriga. A sugestão é negada pela irmã, mas não por Maria, que, diante do convite, aceita se casar com Antonio e assim fugir com ele.

Após o rapto, Maria passou a morar no sítio Catolé, na casa de uma família amiga do então noivo. Segundo a dona da casa, Antonia Dirá, Antonio chegou à noite e pediu para que abrigassem a sua noiva enquanto ele conseguia dinheiro para realizar o casamento. Maria permaneceu durante três meses na casa dessa família, ao que ela afirma, sem ter nenhum contato sexual com o noivo.

É nesse intervalo de tempo que Maria adoece e tenta esconder a sua doença de todos e todas. A sua opção em ocultar os sintomas nos leva a pressupor que ela poderia imaginar que a divulgação resultaria não apenas na descoberta de alguma doença, mas também viesse a alegar a sua desvirginização. E o seu noivado, como ficaria diante dessa situação? O que poderiam dizer e falar dela? Essa ação de Maria desperta inúmeros sentidos e também sentimentos, como angústia, dor, vergonha e medo. No entanto, chegou um momento que Maria não conseguia mais esconder, pois D. Dirá já desconfiava:

[...] que sentindo ella depoente um mau cheiro que exalava a dita moça perguntou-lhe o que significava aquillo, respondeu-lhe a mesma que tinha sido com o aparecimento do estado critico com quatro dias sem ella ter tomado banho. E nessa ocasião que ella respondente aconselhou a dita moça para se receitar a um médico; Respondendo-lhe a mesma que não precisava pois Ella mesmo se tratava, mas não concordou ella depoente a troce para esta cidade [...] (PROCESSO-CRIME, n. 138 de 1932).

Assim, Maria, sem ter o que fazer e mesmo contra a sua vontade, foi levada ao médico da cidade, não encontrado de plantão e não realizando a consulta neste primeiro momento.

Diante da necessidade visualizada por D. Dirá em descobrir o que de fato Maria tinha, é ajeitada uma consulta com uma parteira “diplomada” que trabalhava pela região. Mesmo com todas as negativas de Maria, esta teve que se submeter ao exame. Maria fica em maus lençóis, seu segredo é desvendado a todos: é descoberto que ela não era mais “pura”, virgem, e para completar a sua falta de sorte, é diagnosticada pela parteira com uma doença sexualmente transmissível. Perante a divulgação de uma moral higiênica e conservadora, Maria estava “perdida”, pode-se dizer, na rua da amargura.

Mediante a sua condição, ela confessa que de fato perdeu a virgindade há algum tempo e pede para que a dona Dirá, que a acompanhou, não falasse nada para o seu noivo. Todavia, ao saberem da condição de Maria, dona Dirá e seu marido resolvem contar tudo para Antonio Preto, que de imediato põe fim ao noivado. Maria, diante dos fatos, volta para casa dos seus pais e tem que confessar tudo a sua família, acusando Raymundo Luiz pelo seu defloramento. É dessa forma que se inicia o desenrolar dos autos judiciais.

Essa história permite entrar em contato com os sentimentos e as possibilidades postas ao amor e aos relacionamentos, como os agenciamentos, os desejos, as angústias, os medos, interesses e incertezas que cercavam Maria.

Problematizar o amor, os relacionamentos, os sentidos e as possibilidades de vivências a partir dessa relação são o nosso objetivo. Para pensar os sentidos apresentados nesse envolvimento é necessário que nos aproximemos desses sujeitos. As discussões nos encaminham e nos interligam ao seu contexto histórico, econômico e cultural, a exemplo dos valores e moralismos. As escolhas em muito poderiam ser construídas por interesses, por razões que estão para além do que era normatizado. São esses sentidos que buscamos visualizar para nortear a nossa discussão.

Saber a intensidade desses sentimentos e a veracidade deles não será possível. Procuramos tão somente visualizar as inúmeras facetas acionadas e agenciadas nas dinâmicas de namoros e casamentos.

A história de Maria nos direciona para algumas questões, destacando que as relações amorosas são bem mais complexas. Neste caso, existem várias possibilidades que são construídas em torno de Maria, como também em torno do amor. Assim nos questionamos: o que era necessário para iniciar uma vida a dois? Quais os sentimentos que motivaram e orientaram o rapto de Maria na indisponibilidade de sua irmã? Que

critérios eram acionados e levados em consideração por Antonio e também por Maria em seus relacionamentos? Como o amor poderia ser circunscrito nessa relação? Essas são algumas questões a serem pensadas e analisadas neste trabalho.

Embora o rapto de Maria não seja o foco principal do processo-crime, esse nos guia a pensar a complexidade das relações travadas nos relacionamentos ao discutirmos as possibilidades de vivências em Cajazeiras-PB durante esse contexto. Notamos que os princípios de família estavam embasados numa rede de discursos que norteavam os relacionamentos e também o amor. Esses discursos indicavam o que seria “certo” ou “errado”, o “moral” e o “imoral”. Os sentimentos em meio a isso se reelaboravam, inclusive o amor.

O amor, como discutimos no capítulo anterior, ganhou, nos anos 20, um novo direcionamento, tornando-se alvo de discussões. Assim, podemos nos questionar quais eram as dinâmicas diante das relações amorosas que foram experimentadas pelos sujeitos comuns de Cajazeiras?

Entendemos que existiu uma pluralidade de razões e sentidos que podem ser levados em consideração em um envolvimento amoroso, já que temos inúmeras possibilidades de vivenciar e acionar as relações amorosas e que nem sempre estão em sincronia com o que é ditado e instituído. Assim analisamos o contexto da história buscando nos aproximar dos possíveis sentidos e sentimentos que pudessem estar presentes em meio às escolhas de Maria e Antonio Preto.

O que teria motivado o rapto já que Antonio não tinha como casar de imediato? O que o levou a raptar Maria na indisponibilidade de sua irmã? Será que existia algum impedimento por parte da família da moça? O que não parece ser o caso, já que o pai de Maria, quando recorre à justiça, nada diz sobre o rapto, apenas acusa o suposto deflorador. Não poderemos responder as vias que motivaram o rapto, para tanto, podemos nos aproximar diante do contexto e das possíveis motivações do que poderia impulsionar e desencadear este relacionamento.

Rosemere Olímpio de Santana (2013), em *“Tradições e modernidade: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940)”*, alerta para a pluralidade de dinâmicas desenvolvidas pelos sujeitos ao acionarem as suas relações na Paraíba, assim “seria impossível traçar um cenário preciso para as histórias de amor e muito menos

determinar comportamentos e sentimentos próprios a uma época” (SANTANA, 2013, p. 29).

Deste modo, definir um ideal de amor para Cajazeiras-PB não é possível, mas a partir das escolhas, dos interesses e agenciamentos presentes, poderemos estimar possibilidades, motivações e escolhas para esses personagens ao vivenciarem as suas histórias de amor. Deste modo, vamos conhecer um pouco mais sobre a vida da nossa personagem.

3.2. Cotidiano e vivência: uma possibilidade de vida a dois

Para entrar no universo no qual Maria e Antonio conduziam suas relações, tivemos que voltar ao contexto histórico dos nossos personagens. Como imaginar os sentidos, as práticas e escolhas desses indivíduos, sem antes entender o seu lugar sociocultural? Sem antes imaginar os possíveis caminhos trilhados nas suas trajetórias? Sem antes nos remetermos aos momentos que estes viviam? Não poderíamos deixar de pensar o ano de 1932. Mas para além do tempo, o que mais nos podia remeter as possíveis sensações das suas vivências? Para isso pensamos os lugares nos quais esses personagens acionaram as suas experiências, bem como buscamos entender os seus desejos e vontades.

Mas essas informações seriam rasas e sintéticas, e por si só não respondem a muitos dos nossos questionamentos, elas precisam ser relacionadas e entrelaçadas com outras discussões ou fontes, pois não dariam conta de responder as inquietações levantadas. Deste modo, ao visualizarmos o caso, pensemos o lugar de ação, atuação e apropriação dos sujeitos envolvidos na nossa história. Maria, moradora da zona rural de Cajazeiras, de origem “simples”, filha de um operário do açude Boqueirão, resolve fugir com Antonio Preto, que também era pobre e, segundo as testemunhas, teve que ir em busca de dinheiro para formalizar o casamento após o rapto. Olhando para o processo, um fato nos chamou atenção e proporcionou outras questões que auxiliam a pensar esse momento, como as escolhas dos personagens.

Maria, como já apontamos, era filha de um operário da construção do açude de Engenheiros Ávidos (Boqueirão) – alguns textos apontam a dimensão dessa obra e a importância dela para o progresso da cidade. Para tanto, partiremos desta para nos

orientarmos a pensar o cenário em que Maria estava presente. Muito embora algumas falas sinalizem para a possibilidade desta não ter chegado a viver em meio a essa construção, percebemos que a implantação do açude de Boqueirão pode ter entrelaçado as vivências de Maria e, muito possivelmente, suas decisões.

Acreditamos, entretanto, ser necessário discutir o que essa obra foi capaz de viabilizar e proporcionar a Cajazeiras-PB. Para isso faremos uma breve historicização no intuito de entendermos a importância da construção do açude para esta localidade, em seguida, retornaremos ao contexto que a nossa personagem estava vivenciando.

Eliana Rolim (2010) discute a amplitude dessa obra e a importância desta para cidade de Cajazeiras. Iniciada no ano de 1920, trouxe diversas possibilidades diante do processo modernizador que Cajazeiras se inseria: os novos aparatos, a pluralidade de princípios circulantes nesse espaço com a adentrada de diversos grupos que afluíram a cidade em decorrência dos empregos gerados. Mobilizando nessas circunstâncias uma população que padecia de fome, vivia uma constante seca que afligia a Paraíba. Vejamos o que a autora afirma sobre isso:

Na década de 1920, Cajazeiras recebeu o primeiro conjunto de serviços empreendidos pelo IFOCS⁷, dentre os quais a construção de grandes reservatórios de água e a abertura e melhoria de estradas de rodagem foram os mais executados. Essas obras tiveram grande respaldo no cotidiano local, movimentando a cidade em suas esferas política, social, econômica e cultural. A construção do Açude de Engenheiro Ávidos, por exemplo, atraiu trabalhadores de várias localidades do Nordeste, o que proporcionou um aumento populacional e também gerou emprego e renda para a cidade (ROLIM, 2010, p. 69).

Vejamos melhor a grandiosidade e a importância dessa obra a partir da fala de um memorialista da cidade. De acordo com Costa (2013), os aparatos que adentraram Cajazeiras em meio a construção desse açude foram proporcionados pela empresa americana Dwight. P. Robinson, que foi contratada na época porque detinha engenheiros e técnicos preparados e uma aparelhagem tecnológica necessária, a qual o Brasil não tinha. Dando destaque aos americanos, que consigo trouxeram modos de viver, costumes e hábitos, os carros portados por esses, são demonstrados pelo o autor como a novidade de Cajazeiras:

⁷ Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

Era tudo novidade para os matutos e para os cidadãos da modorrenta Cajazeiras, aquele vaivém de autos e caminhões dos gringos. Suas esposas e amantes a fazerem feiras e a comprar tudo que vissem e gostassem, nas lojas e mercados de Cajazeiras (COSTA, 2013, p. 40).

Ainda de acordo com Costa (2013), estas mudanças foram capazes de inserir em Cajazeiras ideais de “civilização”, tendo em vista que esses introduziram alguns ícones do progresso. Mas atrelado a esse suposto progresso, os moradores da cidade também acusavam os americanos de promover a indecência, já que foram construídas casas de prostituição em torno da construção do açude.

Ainda de acordo com Costa (2013), essa obra também foi palco de romances, brigas e traições. Uma delas trata-se de uma briga de amor que aconteceu nessa construção, na qual um dos americanos se envolve com uma companheira de um dos construtores da obra, gerando nesse enredo uma briga que finda com a morte de um dos americanos:

O americano John Hanifflin, já namorando uma brasileira, amiga e companheira de um mestre de obras, brasileiro, cujo nome me falha a memória, depois de uma cervejada pesada em uma bodega de acampamento de Boqueirão de Piranhas, se desafiaram para um duelo, imitando aquelas lutas a que assistimos no primeiro cinema mudo de Cajazeiras [...] em tarde quente foram se matar um ao outro, na disputa de suas intrigas de amor pela brasileira que simpatizava os dois. Foi briga de morte, oito tiros de revólver e John Hanifflin foi morto (COSTA, 2013, p. 42).

A incorporação deste açude na entrada do século XX proporcionou uma pulsante transformação na então modesta cidade de Cajazeiras, também refletindo na injeção de novos sentidos e vivências. Para o autor, os norte-americanos introduziram tecnologias, trouxeram novos costumes e também valores. Este encontro de valores e de culturas, no entanto, poderia ser por vezes harmônico e também conflituoso, pois eram hábitos e culturas que se confrontavam dia-a-dia.

Pelo que nos parece, não era algo incomum casos de relacionamentos extraconjugais, como o que nos é apresentado acima, parecia ser público o fato dos americanos terem amantes.

Mas vamos trazer a discussão dessa obra ao contexto que Maria estava vivendo. Costa (2013), em seu livro, retorna ao ano de 1932 e discute o contexto em que os cajazeirenses estavam inseridos. No início desse ano, os nordestinos sofreram os efeitos de uma forte seca, em especial os mais pobres, que sofriam e sentiam os efeitos de forma mais intensa. Tendo em vista que em decorrência das poucas chuvas que caíam sobre o sertão, muitos moradores chegaram a passar fome.

É nesse momento de bastante dificuldade que Cajazeiras recebe novamente as obras do açude de Boqueirão, já que estas se encontravam paradas desde 1924 em decorrência de chuvas que afetaram a região e atrapalharam a continuação da construção. Essas retornam, contudo, em vista da grande necessidade que se tinha por conta da seca, agora não mais com a assistência dos norte-americanos, mas sobre a responsabilidade de uma empresa brasileira, que nesse período já tinha tecnologias favoráveis para a construção do açude (COSTA, 2013, p.142).

É em meio a essa conjuntura de fome e miséria que Maria e sua família seguiam para as obras do açude do Boqueirão, talvez na esperança de dias melhores, de condições mais favoráveis às suas vidas.

Essa obra, depois de restabelecida, foi responsável por mobilizar muitos trabalhadores que durante a estiagem visualizaram nela uma oportunidade de emprego e geração de renda. Nesse espaço se teve pessoas de diversos lugares, com situações de vidas diferentes e com alguns valores que em muito poderiam divergir. Não seria nada simples viver em meio a essa obra.

Como essa construção pode nos ajudar a pensar o romance de Maria e Antonio Preto? Como podemos relacionar a ela a vida amorosa desse casal? O senhor Izidro, pai de Maria, segundo a fala do senhor Corró, seguia trajeto para essa obra, levando consigo a sua família, mas é nesse mesmo período que Antonio Preto se interessa por uma das filhas de Izidro e inicia um romance:

[...] que o pai da offendida Maria Lusía da Conceição trabalhava como operário nos serviços da rodagem, e, apos a com aluzão do serviços viera morar nesta cidade daqui seguiu com a família para o trabalhar no açude boqueirão [...] que durante a estadia da offendida em catolé appareceu um cazamento com uma irmã da mesma, cujo noivo era Antonio Luis conhecido por Antonio Prêto, casamento este que deixou de se realisar porque a sua filha não quiz fugir; então Antonio preto declarou que em vista da dita moça deixar de querer se casar com

outra irmã de sua noiva [...] pois esta não fazia questão fugir com o mesmo foi assim que ele a raptou (PROCESSO-CRIME, n. 138 de 1932).

Algumas suposições são assim levantadas: seria possível que o relacionamento e a proposta de rapto tenham ocorrido após o mesmo saber que o senhor Izidro iria embora para a construção do Boqueirão e levaria com ele as suas filhas? Antonio Preto, muito provavelmente, poderia ter notado nas filhas do senhor Izidro algo que despertasse o seu interesse, talvez dentre os valores essas aparentassem serem “boas esposas”. Também podemos acreditar que Antonio Preto estava em busca de algo mais sério, já que após o rapto este seguiu em busca de dinheiro para formalizar a união.

Entre tantas suposições, podemos notar que o amor romântico também não foi um fator preponderante nessa relação. Ao pensarmos o contexto no qual Maria estava inserida, podemos também fazer suposições e analisar as possíveis estratégias e interesses que faziam com que ela aceitasse o relacionamento com Antonio Preto após sua irmã ter negado.

A falta de estabilidade que ela e a família poderiam estar enfrentando, diante das constantes mudanças gestadas com a escassez que uma seca provocava, Maria poderia acreditar que o caminho menos duro seria encontrar um esposo, pois embora Antonio Preto fosse pobre, ele poderia lhe transmitir segurança e um casamento, desejo disseminado para as mulheres da época. Maria também poderia ter se encantado pelo namorado de sua irmã, sem falar que não ser virgem dentro dessa sociedade e dos valores morais pregados poderia não ser nada fácil, a proposta de rapto aparecera para Maria como uma maneira possível de compartilhar valores com os quais não seria possível se conhecessem o seu desvirginamento.

Podemos assim também imaginar que Maria acreditasse que um casamento poderia tornar sua vida mais estável, um casamento que lhe garantisse uma casa e uma família. Assim como também poderia ser o desejo de Antonio formar uma família, ter uma esposa que pudesse cuidar da sua casa e também da sua vida. Até porque este era um ideal de família que circulava, ou seja, ele podia estar em busca de uma mulher que se dedicasse ao lar e ao esposo. Os sentidos eram erigidos em meio aos valores e normas sociais, embora algumas práticas acionadas por estes não corroborassem com o ideal de relação, baseados na moralidade burguesa.

Diante dessas possibilidades, pensemos as dimensões das relações amorosas vivenciadas por esse casal. Para Maria, fugir com o ex-noivo da irmã não parecia ser algo que a envergonhasse e nem causasse espanto aos demais que testemunharam, pois em nenhum dos depoimentos encontramos questionamentos a essa conduta. O que nos pode levar a acreditar que não era algo tão anormal, diante das relações que podiam ser estabelecidas.

Antonio preto e Maria, ao que consta, não viveram uma relação bem vista pelos códigos morais defendidos na época, o rapto aliado ao envolvimento com o ex-noivo da irmã não era aceito, pois os valores pregavam outras condutas.

De acordo com os preceitos morais burgueses o namoro conveniente e 'direito' era aquele cheio de regras, caracterizado no recato, respeito à moça e descrição nos movimentos. Além disso, o tempo devia ser observado, não devendo ser muito curto, pois precisava-se de um período mínimo para se conhecer o caráter e as intenções dos pretendentes e para 'arranjar a vida'. Também não era aconselhado, nos manuais de educação para o casamento, um tempo muito longo, pois poderia favorecer intimidades inconvenientes e possibilitar o sexo antes do matrimônio, prática não prescrita pela medicina assim como outros discursos moralizantes (CAVALCANTI, 2000, p. 18).

A praticidade presente nessa história proporciona compreender o quanto esses relacionamentos poderiam ser múltiplos e dinâmicos. Muitas vezes segurança, companheirismo, afeto e amizade eram quesitos suficientes para uma relação a dois, que impulsionava relacionamentos para além do romantismo. O amor poderia ser circunscrito em outros modos e razões. Nessa história, entretanto, as escolhas e conveniências estão entrelaçadas às vantagens tanto para Maria como para Antonio Preto. Imaginemos que Maria desejasse um casamento assim como Antonio Preto, e que essa relação não necessariamente viesse imbricada pelo romantismo, mas possivelmente numa relação que propiciasse a ambos a constituição de uma família.

Mas como pensar o rapto em meio a essa relação? Geralmente essa prática é acionada como um artifício. Foi utilizado por Antonio para concretizar o casamento e pode ser discutido como um meio possível que muitos casais se utilizavam para viverem suas relações.

As experiências de raptos consentidos mostram um campo de disputas de uma multiplicidade de costumes que orientam as decisões e

escolhas sobre vínculos de amor. Diante de impedimentos a sua consecução, os raptos desafiam situações sociais e jurídicas bastante diversas e adversas, sujeitando-se a penalidades previstas em códigos legais e sociais (SANTANA, 2013, p. 12).

Embora nos autos do processo não conste a versão de Antonio Preto sobre o seu relacionamento com Maria e as possíveis expectativas visualizadas e desejadas por ele a respeito dessa relação, podemos perceber pela fala das testemunhas que não existia impedimento que motivasse o rapto, o mesmo nota-se na fala do pai de Maria, uma vez que em nenhum momento o senhor Izidro deixa transparecer rancor ou até mesmo insatisfação com a conduta do rapto de sua filha, não chegando a sequer citar o rapto.

Talvez o rapto, como apontamos, tenha sido apenas um meio de retirar Maria de casa, pois a família do senhor Izidro iria para o Boqueirão e ter feito acordo com o pai da menor com a condição de colocá-la em um lar de confiança enquanto o casamento não se concretizasse. Assim afirma o senhor Corró:

Maria Luiza foi raptada por Antonio Luis vulgo Antonio prêto e depositada em casa de João Laurentino morador nesta cidade. Que o casamento da offendida com Antonio Luis era para ser feito em agosto mas que devido as dificuldades dos tempos ficou para realizar-se em setembro e ultimamente no mez de outubro (PROCESSO-CRIME, n. 138 de 1932).

Se esse foi ou não o motivo, não podemos saber. Para tanto, pensar como as relações amorosas se constituem em meio a escolhas, práticas e condutas nos aproximam também das maneiras como homens e mulheres agenciavam os seus papéis sociais em meio a essas dinâmicas e sociabilidades.

3.3. O sentir em meio às relações de gênero

No decorrer dessa análise percebemos que as relações de gênero estão sendo tecidas o tempo todo. Ao falar das maneiras utilizadas pelos sujeitos para vivenciarem os seus relacionamentos amorosos, conseguimos visualizar condutas, imagens, discursos e valores morais sendo disseminados e ditando comportamentos e condutas.

A partir disso, vamos discutir e apresentar os discursos presentes nos relacionamentos que determinaram diversas formas de vivenciar as identidades de

gênero, pensando como Antonio e Maria conduziram os seus papéis no decorrer do relacionamento. Deste modo, qual seria o ideal de relação presumível e aceitável?

Maria, aos doze anos de idade, foi desvirginada. Perante a justiça e a moral ela era uma mulher corrompida, sua pureza e valor foram retirados, não ser virgem fez com que ela fosse esquadrihada pela sociedade, abandonada pelo seu noivo e devolvida à família. No decorrer do processo não existe uma preocupação em como Maria estava se sentindo. Se ela foi de fato violentada e se isso teria causado traumas ou não. Não existe a preocupação em pensar no deflorador como um homem que causou sofrimento, afinal ela tinha apenas 12 anos. Essa preocupação que nos permeia hoje certamente não foi a que permeou as pessoas naquele período.

Maria provavelmente conhecia os discursos sobre ser uma mulher honesta diante do contexto que vivia, para tanto, elaborou dinâmicas e vivências que pudessem fazer com que ela se aproximasse dos valores difundidos, escondeu o seu desvirginamento e buscou meios para viabilizar e compartilhar valores como o casamento. Ocorre que após descoberto a falta da virgindade, fez com que Antonio Preto desistisse do casamento com Maria e levasse seu pai a recorrer a justiça para que o deflorador fosse incriminado.

Antonio Preto não deu prosseguimento ao casamento, pois todos estariam sabendo da condição da sua futura esposa e dentro daqueles valores isso poderia ferir a vaidade masculina. O que significava, neste sentido, para um homem, perante a sociedade, casar com uma mulher considerada desonrada? Sua masculinidade e sua honra seriam feridas, uma vez que seria acusado de constituir um lar já corrompido. Nestas circunstâncias, ser homem e ser mulher estava atrelado a esses papéis sociais disseminados por discursos que colocam a mulher ora como inconsciente, submissa, ora devassa e destruidora de valores. Essas ambiguidades não dão conta da amplitude das identidades.

Os sentidos traçados por esse casal nos aproximam desses papéis sociais, ser mulher honesta estava atrelado a virgindade, a inocência sexual, assim como ser um bom homem podia estar correlacionado ao seu trabalho, a manutenção de uma virilidade. Louro (1997) concebe que é possível pensar as identidades de gênero como continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos

vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo.

As relações amorosas se inserem em lógicas e dinâmicas próprias e circunscritas a uma realidade sociocultural e econômica, cada caso pode assim nos revelar uma infinidade de sociabilidades de interesses, de códigos, normas, práticas e vivências que mobilizam ações e reações, pensá-las em suas particularidades nos faz perceber que embora o contexto fosse o mesmo e as vivências fossem parecidas, cada sujeito mobilizava meios distintos de sentir.

No decorrer dessa análise, procuramos nos ater aos sentidos presentes em meio a um relacionamento amoroso recheado de conflitos, condutas, racionalidades, mecanismos, escolhas, astúcias e práticas, na tentativa de aproximar dos possíveis sentimentos vivenciados por um casal ao desenvolver suas condutas amorosas. Como aponta Arlette Farge (2015), empreender um estudo dos mecanismos de racionalidades que faziam nascer sofrimentos e prazeres. O caso que analisamos é bastante singular, pois aponta para alternativas que empreendem medos, desejos, angústias, tristezas e razões.

Não se trata aqui de tornar a mulher heroína ou vítima dos homens, mas de pensar que na prática era necessário aprender a jogar com o que se dispunha ou com o que era possível dispor, o que também não significava o fim dos sonhos e das expectativas de homens e mulheres apaixonados.

Deste modo, podemos constatar e empreender uma discussão que nos possibilita entender que

As formas como são experienciados os sentimentos amorosos estão intrinsecamente ligados aos contextos, histórico, político, econômico, que mesmo não sendo os únicos fatores a ordenar o amor ainda assim guardam traços de valor para a construção de uma sensibilidade da época (RODRIGUES, 2014, p. 38).

Não estamos admitindo, nem determinando que esses fatores sejam os únicos a gerenciarem esses relacionamentos, que o amor não possa se desenvolver em meio a outras circunstâncias, em meio a outros modos de sentir, mas esses polos exercem uma grande força em meio aos sentimentos e sentidos desenvolvidos pelos sujeitos. O amor se desenvolve por meio das diversas dinâmicas, fabricações e práticas, silenciadas e

ocultas. Como afirma Jurandir Freire Costa (1998), o amor desenvolve mecanismos de racionalidades próprias. Assim ele afirma:

A prática amorosa desmente radicalmente a idealização. Amamos com sentimentos, mas também com razões e julgamentos. A racionalidade está tão presente no ato do amor quanto as mais impetuosas paixões. Amor é deixar-se levar pelo impulso passional incoercível, mas sabendo ‘quem’ ou ‘o que’ pode e deve ser eleito como objeto de amor. A imagem do amor transgressor e livre de amarras é uma peça do ideário romântico destinada a ocultar a evidência de que os amantes, socialmente falando, são na maioria sensatos, obedientes, conformistas e conservadores. Sentimo-nos atraídos sexual e afetivamente por certas pessoas, mas raras as vezes essa atração contraria os gostos ou preconceitos de classe ‘raça’, ‘religião’ ou posição econômico-social que limitam o rol dos que ‘merecem ser amados’. Na retórica do romantismo, o amor é fiel apenas a sua própria espontaneidade. A realidade social e psicológica dos sujeitos diz outra coisa, o amor é seletivo como qualquer outra emoção presente em códigos de interação e vinculação interpessoais (COSTA, 1998, p. 17).

Por essa razão apontamos nessa análise possibilidades agenciadas e desenvolvidas para o sentir e experienciar as relações amorosas. Apresentando as probabilidades e estimativas possíveis, através das práticas e condutas desenvolvidas por Maria e Antonio para o amor, e os modos como agenciam as razões e o sentir, que circunscreviam as suas atitudes diante do relacionamento. Por isso, notamos que dentre uma moral que instituía um ideal de relação de amor, que erigia condutas e práticas, existem outros mecanismos desenvolvidos pelos sujeitos comuns para vivenciar os seus relacionamentos, mas que não simbolizam um rompimento com o que se instituía – embora as operacionalizações e os meios utilizados para efetuarem o relacionamento fossem distintos, eles não deixavam de querer e de compartilhar normas e condutas. O amor aqui discutido é recheado de racionalidades, produzindo condutas e regras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as práticas amorosas de homens e mulheres que acionaram a justiça desejando que os seus problemas íntimos fossem resolvidos, tentamos nos aproximar das possibilidades de vivências desses relacionamentos, problematizando as razões, escolhas, ações e desejos que mobilizavam os sentimentos e possibilitavam aos personagens empreenderem ao vivenciarem as suas relações de amor. Pensar esses casos por uma história do sensível, articular essas experiências que compreendiam uma multiplicidade de saberes que orientavam decisões e escolhas sobre vínculos de amor e condutas com as regras sociais que normatizavam jurídica e socialmente as relações amorosas, nos mostrou outras possibilidades de relacionamentos que não eram em muito associados ao ideal de amor romântico ou mesmo entendido como o mais correto perante os valores morais.

Além disso, problematizar histórias de vida de mulheres como Francisca, Raimunda e Maria, nos possibilitou conhecer, a partir de suas práticas e experiências cotidianas, outros meios possíveis de transitar e de vivenciar as suas identidades de gênero. São mulheres que souberam se apropriar das possibilidades que tinham para vivenciar suas relações, mulheres que mesmo não indo contra a moral, os valores e discursos disseminados, procuravam os momentos propícios para transgredir e vivenciar um relacionamento amoroso que diante dos valores morais e das regras estabelecidas não seriam possíveis. Assim, podemos perceber que diante de suas falas, práticas, ações cotidianas, essas mulheres estavam sujeitas a uma moralidade oficial, mas nem sempre atribuíam valor a ela, o que não fazia delas mulheres transgressoras ou à frente do seu tempo.

Tentamos ainda, em nossa análise, romper com a imagem de que as mulheres enquanto sujeitos eram apáticas, passivas e despolitizadas. As mulheres das histórias de amor sabiam o momento oportuno para utilizar de estratégias que as pudessem beneficiar, demonstrando conhecimento em suas ações. São razões e sentimentos que podiam estar associados ao espaço social e cultural e que motivavam ações e escolhas.

As possibilidades apresentadas são muitas, não buscamos homogeneizar os relacionamentos, pois não existia um único modo de amar, mas a partir das escolhas, dos interesses e agenciamentos presentes, estimamos possibilidades, motivações e escolhas nas quais possibilitaram que os personagens, ao vivenciarem as suas histórias

de amor, permitissem acionar as suas relações. Em específico, pensar que essas ações podiam ser racionalizadas, poderiam ser meios que impulsionassem os jogos de enunciação que são permeados pelas tramas contínuas entre os sentidos fabricados pelos agentes discursivos e a subjetividade. Fazendo-nos atentar para as linhas possíveis de vivências e de outras sensibilidades que estavam presentes em cada história, em cada experiência e em cada relação amorosa, enfatizando desse modo práticas sociais cotidianas, concernentes aos modos como as relações amorosas eram vivenciadas e empreendidas.

Tais problemáticas discutidas e analisadas nesta pesquisa tiveram como intuito realizar uma análise do amor e dos relacionamentos na cidade de Cajazeiras, percebendo as práticas empreendidas pelos sujeitos dos crimes de amor que se passaram nas primeiras décadas do século passado. Esse trabalho possibilitou adentrarmos num campo ainda pouco pesquisado na região e a levantar muitas outras questões sobre esses relacionamentos, pois as possibilidades não se restringem às escolhas e aos objetos traçados e alcançados durante esse trabalho, mas vão além.

FONTES

Processos-crime

Processo-crime por Defloraçmento n° 168, Ano 1932 - Cajazeiras/PB.

Processo-crime por Defloraçmento n°138, Ano 1932 - Cajazeiras/PB.

Processo-crime por Defloraçmento n° 16, Ano 1937 - Cajazeiras/PB.

Revista

FLOR DE LIZ, Ano 1, março de 1927.

FLOR DE LIZ, Ano 2, abril de 1927.

FLOR DE LIZ, Ano 2, agosto de 1927.

REFERÊNCIAS

- BESSA, Karla Adriana Martins. **Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas**, Uberlândia – 1950 a 1970. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.
- BESSE, Susan, K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- BURITI, Iranilson. **Leituras do Sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no segundo Império**. Campina Grande: EDUFCG, 2011.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2000.
- CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes em Campina Grande (1930 - 1950)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. **A invenção do cotidiano v.1 - artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo, Brasiliense, 1986
- CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 49, 2015.
- COSTA, Antonio Assis. **A(s) Cajazeiras que eu vi e onde vivi**. 3. ed. João Pessoa: Revista ilustrada, 2013.
- COSTA, Jurandir, Freire. **Sem Fraude nem Favor**. Estudo sobre amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1998, p. 181-215.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEL PRIORI, Mary. **História do Amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ENGEL, Magali Gouveia. **Meretrizes e doutores: saber médico, prostituição no Rio de Janeiro (1840 - 1890)**. São Paulo: Edições Brasiliense, 1989.

_____. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). Revista **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, 2000.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 510-553.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-139.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto**: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte. 1999. 142p. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica 2004.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____; LANGUE, Frédéric. (Orgs). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Alzira de Cássia da Silva. **Percursos do amor e do feminino na Revista Era Nova**: Paraíba dos anos 1920. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras - PB**: memória, políticas públicas e educação patrimonial. 2010. Dissertação (Mestrado em História) -

Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SANTANA, Rosemere Olímpio de. **Tradições e modernidade: raptos consentidos na Paraíba (1920 - 1940)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>. Acesso em: 15/08/2016.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno**. 1999. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SILVA, Alômia Abrantes. **Paraíba Mulher Macho: Tessituras de Gêneros, (des)afios da história (Paraíba, século XX)**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SIMONNET, Dominique. **A mais bela história de amor: do primeiro casamento na pré-história à revolução sexual no XXI**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

SPONVILLE- André Comte. **O amor**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Gênero: Uma palavra para desconstruir sentido e construir usos políticos. **Revista Usinos**, v. 9, n. 2, p. 139-144, 2005.

TILLY, Louise. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**. p. 30-64, 1990. Disponível em: <<https://goo.gl/xJqN3A>> Acesso em: 22/09/2016.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In: D' INCAO, Maria Angela. (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.